

ECONOMIA CAMPONESA NAS FRONTEIRAS DO CAPITALISMO

Teoria e prática nos EUA e na Amazônia Brasileira

Francisco de Assis Costa



SÉRIE II
FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS
Livro 1

ECONOMIA
POLÍTICA DA
AMAZÔNIA



Renato Brito

Francisco de Assis Costa nasceu em 1948, em Pedro Avelino, no Rio Grande do Norte, em cuja Universidade Federal graduou-se em Ciências Econômicas em 1971. Após especialização em Matemática (CECINE-UFPE) e Planejamento (NAEA-UFPA), trabalhou no Sistema Nacional de Planejamento Agrícola, sendo coordenador técnico da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Pará (1978-1982). Orientado pela Professora Maria Yedda Linhares obteve título de Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 1981. Doutorou-se em Economia pela *Freie Universität Berlin* em 1988, na Alemanha Federal. Iniciou carreira docente em 1989 na Universidade Federal do Pará (UFPA), no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e no Departamento de História. Foi diretor de planejamento da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (2003-2005) e Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA (2011-2012). É Professor Associado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do NAEA e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da UFPA. É pesquisador ativo da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist, UFRJ) e da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Projeto GEOMA). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, foi *Visiting Fellow no Centre for Brazilian Studies* (CBS) da Oxford University, Inglaterra (*Hilary e Trinity Terms*, 2007). Orientou inúmeras teses e detém vasta publicação acadêmica. Sua experiência de pesquisa tem ênfase em economia agrária, história econômica, desenvolvimento regional e relações entre economia e sustentabilidade ambiental, destacando o papel das inovações tecnológicas e institucionais, sobretudo na Amazônia.

Economia Camponesa nas Fronteiras do Capitalismo

Teoria e Prática nos EUA e na Amazônia Brasileira

Francisco de Assis Costa



Belém, 2012

**Economia Camponesa
nas Fronteiras do Capitalismo**

Teoria e Prática nos EUA e na Amazônia Brasileira

Francisco de Assis Costa

Patrocinador do Projeto



FORDFOUNDATION

Na Linha de Frente das Mudanças Sociais

COPYRIGHT © Francisco de Assis Costa, 2012



Conselho Editorial NAEA
ARMIN MATHIS
EDNA MARIA RAMOS DE CASTRO
FÁBIO CARLOS DA SILVA
JUAREZ CARLOS BRITO PEZZUTI
LUIZ EDUARDO ARÁGON
MARÍLIA FERREIRA EMMI
NIRVIA RAVENA
ORIANA TRINDADE DE ALMEIDA

Créditos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Carlos Eduardo Maneschy - Reitor

NÚCLEO ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
Armin Mathis – Diretor
Fábio Carlos da Silva – Vice Diretor
Oriana Trindade de Almeida – Coordenadora do PDTU
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior – Coordenador PLADES

FUNDAÇÃO FORD
Apoio

AUTORIA DOS TEXTOS
Francisco de Assis Costa

REVISÃO
Marly Camargo Vidal

PROJETO GRÁFICO
Rose Pepe Produções e Design

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
S7ven Consultoria

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Biblioteca do NAEA/UFGA)

Costa, Francisco de Assis
Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na
Amazônia Brasileira / Francisco de Assis Costa. – Belém: NAEA, 2012.

310 p.: il.; 23 cm. – (Coleção Economia Política da Amazônia. Série II-Fundamentos
teórico-metodológicos; v. 1).

Inclui bibliografias
ISBN: 978-85-7143-101-0

1. Economia – Amazônia. 2. Camponeses – Amazônia. 3. Economia agrícola – Amazônia.
4. Agricultura – História - Amazônia. I. Título. II. Série.

CDD 21. ed. 338.90811



Camponeses brasileiros



Para Ioná, Fernanda e Ana Paula:
Ninho...



APRESENTAÇÃO

O Grupo de Pesquisa “Dinâmica Agrária e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (GP-DadesaNaea), vem há anos desenvolvendo estudos que compõem uma ampla abordagem interdisciplinar da Amazônia. No esforço, enfatiza a diversidade estrutural e as configurações urbano-rurais que caracterizam as economias locais e realça o papel do conhecimento e da qualidade das instituições no desenvolvimento regional. Mais recentemente, tem procurado integrar esses elementos com as questões associadas às mudanças climáticas e aos mercados de *commodities* ambientais em formação.

Com a ajuda da Fundação Ford, o GP-DadesaNaea começa a organizar sua produção em cinco séries, cada uma com numeração própria, a saber: Série I “Termos de Referência e Avaliações”; Série II “Fundamentos Teóricos e Metodológicos”; Série III “Formação Histórica”; Série IV “Dinâmica Contemporânea” e Série V “Indicações Prospectivas”. O conjunto das séries conforma a Coleção “Economia Política da Amazônia” (CEPA). São três os propósitos principais da CEPA: 1) compor a produção do GP, que flui em artigos e em relatórios parciais, em livros que permitam uma visão mais integral da abordagem coletiva (funções dos livros); 2) compor em dimensões (teórica, histórica, metodológica) a produção organizada em livros (função das séries); 3) compor uma visão multidimensional do objeto do esforço, o desenvolvimento da região e suas sociedades (função da coleção). Por sua vez, a Série I tem por fim abrigar textos seminais e de aprimoramento do trabalho do grupo, de modo que contribuições críticas externas ao grupo aí terão lugar.

Este é o Livro 1 da Série II “Fundamentos Teóricos e Metodológicos”. O livro tem três partes: a primeira constrói uma teoria da eficiência reprodutiva da economia camponesa a partir das grandes matrizes da economia que vêm tratando de algum modo desse objeto, e a segunda e a terceira discutem a validade das noções desenvolvidas na primeira parte para, respectivamente, os Estados Unidos e para a Amazônia brasileira. Este livro incorpora resultados de pesquisas realizadas nos últimos vinte anos, no âmbito de diferentes projetos e cooperações. No todo, contamos com a parceria do Deutscher Entwicklungsdienst (DED), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e a Federação de Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI-Pará).

Contamos com o apoio permanente do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA-UFGA), onde, ademais, privamos do convívio, essencial para a maturidade de muitas das discussões aqui encaminhadas, com os colegas, alunos e orientados de diferentes fases do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido e do Grupo de Pesquisa Dinâmica Agrária e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (GP-DadesaNaea), no qual, dois grupos, em dois momentos, tiveram papéis destacados: em meados dos anos noventa,

Eugênia Rosa Cabral, Roberto Robson Vilar, Tomas Inhetvin e Vânia Regina Vieira de Carvalho; nos últimos anos Cleidianne Novais, Danilo Fernandes, Fernanda da Silva de Andrade Moreira, Inailde Almeida, José de Alencar Costa, Jochen Dürr, Luis Gonzaga Feijão, Karen Nogueira, Maria do Carmo Américo e Sebastião Aluizio Solyno Sobrinho.

A Fundação Ford garantiu os recursos necessários à publicação, desde o projeto gráfico até a impressão. O que, todavia, não teria acontecido a bom termo sem a dedicação, competência e responsabilidade de Rose Pepe, Maria Ataíde Malcher e Marly Vidal.

Belém do Pará, outubro de 2012

A handwritten signature in black ink, reading "Francisco de Assis Costa". The signature is written in a cursive, flowing style with a large initial 'F' and 'C'.



Camponesa européia (Ilustração de meados do século XIX)



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1	<i>Evolução das condições de reprodução dos camponeses mediante produtividade crescente da indústria em relação à agricultura (por $\tau > 1$; $d\tau > 0$)</i>	63
Gráfico 2.2	<i>Evolução das condições de reprodução dos camponeses mediante produtividade crescente da indústria em relação à agricultura (por $\tau > 1$; $d\tau > 0$), com mediação exógena do capital mercantil ($m > 0$; $dm = 0$)</i>	64
Gráfico 2.3	<i>Evolução das condições de reprodução dos camponeses mediante produtividade crescente da indústria em relação à agricultura (por $\tau > 1$; $d\tau > 0$), crescimento relativo dos preços agrícolas ($d\rho > 0$) com mediação endógena do capital mercantil ($m > 0$; $dm > 0$; $dm = d\rho$)</i>	65
Gráfico 2.4	<i>Evolução das condições de reprodução dos camponeses mediante produtividade crescente da indústria em relação à agricultura (por $\tau > 1$; $d\tau > 0$), crescimento relativo dos preços agrícolas ($d\rho > 0$) com mediação endógena do capital mercantil ($m > 0$; $dm > 0$; $dm = d\rho$) e concorrência com a produção capitalista na agricultura ($\omega > 1$; $d\omega > 0$)</i>	65
Gráfico 2.5	<i>Evolução das condições de reprodução dos camponeses mediante produtividade crescente pari-passu com a industrial (por $\tau = 1$; $d\tau > 0$), redução relativa dos preços agrícolas ($d\rho < 0$) com mediação exógena do capital mercantil ($m > 0$; $dm > 0$; $dm = d\rho$) e dominância da produção camponesa na agricultura ($\omega = 1$; $d\omega = 0$)</i>	67
Gráfico 3.1	<i>A Função de Produção: produto em função do trabalho</i>	73
Gráfico 3.2	<i>A Função de Produção para o Valor da Produção em função de dias trabalhados</i>	74
Gráfico 3.3	<i>Diferentes funções de produção de um mesmo produto para diferentes preços e igual custo</i>	76
Gráfico 3.4	<i>Curva de oferta derivada das funções de produção de um mesmo produto para diferentes preços e igual custo</i>	76
Gráfico 3.5	<i>Funções de produção de um mesmo produto para diferentes preços e igual custo – comportamento orientado por custo médio</i>	79

Gráfico 3.6	<i>Oferta invertida derivada de comportamento orientado por custo médio</i>	80
Gráfico 3.7	<i>Preços relativos e relações de Índice de Substituição entre os insumos aplicados da agricultura americana, 1910-1950 (Primeira parte)</i>	83
Gráfico 3.7	<i>Preços relativos e relações de Índice de Substituição entre os insumos aplicados da agricultura americana, 1910-1950 (Segunda parte)</i>	84
Gráfico 3.8	<i>Convergência entre variação de preços e variação da produção dos grupos de produtos agrícolas</i>	85
Gráfico 3.9	<i>Insumos aplicados, produção e preço da agricultura americana, 1910-1950</i>	87
Gráfico 3.10	<i>As implicações do risco na tomada de decisões segundo a perspectiva neoclássica</i>	91
Gráfico 3.11	<i>As implicações do risco na tomada de decisões considerando o trade off retorno/variação</i>	92
Gráfico 4.1	<i>Representação da relação entre os graus de sofrimento do trabalho e satisfação da unidade marginal de receita da unidade camponesa.</i>	97
Gráfico 4.2	<i>Evolução do balanço consumo/trabalho no ciclo de vida da família camponesa</i>	98
Gráfico 5.1	<i>Diferentes equilíbrios a partir de variações nas condições demográficas internas da família</i>	104
Gráfico 5.2	<i>Diferentes equilíbrios a partir de variações nos hábitos de consumo e condições de trabalho</i>	105
Gráfico 5.3	<i>Diferentes equilíbrios a partir de mudanças nos preços</i>	106
Gráfico 5.4	<i>Diferentes equilíbrios a partir de variações nos hábitos de consumo, condições de trabalho e variação de preços</i>	107
Gráfico 5.5	<i>Relação entre $I = P$ e H_E/H_T em diferentes equilíbrios a partir de variações nos hábitos de consumo, condições de trabalho e variação de preços</i>	107
Gráfico 5.6	<i>Diferentes equilíbrios (escala de produção) para diferentes preços – curva de oferta</i>	108
Gráfico 5.7	<i>Incremento na capacidade produtiva de cada trabalhador (k) para corresponder à evolução da relação C/T mantendo H_E/H_T constante e evolução do preços</i>	110
Gráfico 5.8	<i>Incremento na capacidade produtiva de cada trabalhador (k) para corresponder à evolução da relação C/T no ciclo de vida da família</i>	111
Gráfico 5.9	<i>Representação da relação entre H_E, H_R, H_V e H_T</i>	114

Gráfico 5.10	<i>Representação da evolução do tempo efetivamente disponível para investimentos em unidades camponesas</i>	122
Gráfico 5.11	<i>Representação da relação entre h e i</i>	124
Gráfico 5.12	<i>Representação da dinâmica de ajustamento de h e i para movimentos de oscilação próximos do equilíbrio chayanoviano</i>	127
Gráfico 5.13	<i>Representação da dinâmica de ajustamento de i para movimentos de oscilação longe do equilíbrio chayanoviano</i>	128
Gráfico 5.14	<i>Representação da dinâmica de ajustamento de i para movimentos de oscilação longe do equilíbrio chayanoviano</i>	129
Gráfico 5.15	<i>Evolução da família chayanoviana sob as condições prevista por Marx: ciclos de h determinados por variações de preços em gradiente baixo, com tendência decrescente e ambiente institucional que garante $g=0,1$ e v</i>	134
Gráfico 5.16	<i>Evolução da família chayanoviana sob condições nas quais g^T varia para diferentes ambientes institucionais ($g^T=0,1$; $g^T=0,5$; $g^T=1$), tudo mais permanecendo igual</i>	135
Gráfico 5.17	<i>Evolução da escala, oferta, valor e preço da produção da família chayanoviana sob condições de $g=1$ e variações na produtividade potencial da tecnologia ($r=0,03$ a $r=0,06$).</i>	137
Gráfico 7.1	<i>Evolução do número de estabelecimentos, do Valor Médio da Produção, da área e dos equipamentos por estabelecimento da agricultura americana, 1948-1994, índices (1948=1)</i>	153
Gráfico 7.2	<i>Evolução do número e da renda líquida média (RLM) dos estabelecimentos de maior estrato de receita na agricultura americana nos anos noventa</i>	154
Gráfico 7.3	<i>Evolução do Índice de Gini da distribuição do valor bruto da produção pelos estratos de renda na agricultura dos Estados Unidos, para diversos anos</i>	154
Gráfico 7.4	<i>Relação entre tamanho dos estabelecimentos e faixa etária dos cabeças de família na agricultura americana em 1998</i>	161
Gráfico 7.5	<i>Transferência de renda entre os estabelecimentos agrícolas dos Estados Unidos através da compra e venda de terras entre eles, por faixa etária do titular, 1989-1999</i>	164
Gráfico 8.1	<i>Evolução dos índices de preços reais dos produtos e fatores da agricultura dos Estados Unidos – 1948 a 1994</i>	169
Gráfico 8.2	<i>Evolução dos preços reais dos fatores da agricultura dos Estados Unidos – 1948-1994</i>	170

Gráfico 8.3	<i>Evolução dos preços relativos dos produtos químicos e mecânicos em relação ao trabalho contratado na agricultura dos Estados Unidos – 1948-1994</i>	170
Gráfico 8.4	<i>Evolução dos preços relativos da terra nos Estados Unidos, 1948 a 1994</i>	171
Gráfico 8.5	<i>Evolução dos componentes do valor da produção da agricultura nos Estados Unidos, 1948 a 1994 - I</i>	172
Gráfico 8.6	<i>Evolução dos componentes do valor da produção da agricultura nos Estados Unidos, 1948 a 1994 - II</i>	172
Gráfico 8.7	<i>Evolução do número de trabalhadores por estabelecimentos na agricultura dos estados unidos, 1948 a 1994</i>	176
Gráfico 9.1	<i>Evolução dos componentes cíclicos do Produto Nacional Bruto e do valor do Estoque de Capital da agricultura nos Estados Unidos, 1948-1994</i>	183
Gráfico 9.2	<i>Evolução do número de estabelecimentos, do Valor Médio da Produção, da área e dos equipamentos por estabelecimento da agricultura americana, 1948-1994, índices (1948=1)</i>	189
Gráfico 9.3	<i>Evolução dos componentes de ciclo do estoque de capital na agricultura e do investimento potencial, $i = f(h)$, nos Estados Unidos</i>	191
Gráfico 10.1	<i>Posições relativas dos camponeses frente aos vetores mudança técnica e concentração fundiária pelas principais microrregiões do Estado do Pará</i>	223
Gráfico 11.1	<i>Evolução da área plantada com culturas temporárias, em 1976-1992 (médias móveis trianuais), no município de Capitão Poço.</i>	229
Gráfico 11.2	<i>Evolução da área plantada com culturas permanentes, em 1976-1992 (médias móveis trianuais), no município de Capitão Poço.</i>	230
Gráfico 11.3	<i>Evolução da composição relativa da área colhida total entre culturas permanentes e culturas temporárias, no município de Capitão Poço.</i>	231
Gráfico 11.4	<i>Investimentos acumulados em culturas permanentes e pecuária em Capitão Poço. Em US\$ 1,00 de 1989.</i>	232
Gráfico 11.5	<i>Desenvolvimento do investimento dos camponeses de Capitão Poço, 1971-1993, Em US\$ 1,00 de 1989., por grupos de estabelecimentos de acordo com as restrições de trabalho e terra.</i>	233
Gráfico 11.6	<i>Todos os estabelecimento: Eficiência Reprodutiva, Propensão ao Investimento e Beta, 1976 a 1994.</i>	237
Gráfico 11.7	<i>Todos os estabelecimento: Propensão ao Investimento e Investimento Real, 1976 a 1994 (Correlação de Pearson: 0,9208)</i>	238

<i>Gráfico 11.8</i>	<i>Todos os estabelecimentos: Regressão Linear entre Propensão ao Investimento e Investimento Real.</i>	238
<i>Gráfico 11.9</i>	<i>Todos os estabelecimentos: Probabilidade de permanência, 1976 a 1994.</i>	239
<i>Gráfico 11.10</i>	<i>Grupo -Trabalho-Terra: Eficiência Reprodutiva, Propensão ao Investimento, β e h de i^o, 1976 a 1993.</i>	240
<i>Gráfico 11.11</i>	<i>Grupo -Trabalho-Terra: Propensão ao Investimento e Investimento Real, 1976 a 1994 (Correlação de Pearson: 0,9658)</i>	240
<i>Gráfico 11.12</i>	<i>Grupo -Trabalho-Terra: Regressão Linear entre Propensão ao Investimento e Investimento Real</i>	241
<i>Gráfico 11.13</i>	<i>Grupo -Trabalho-Terra: Probabilidade de permanência, 1976 a 1994.</i>	241
<i>Gráfico 11.14</i>	<i>Grupo -Trabalho+Terra: Eficiência Reprodutiva, Propensão ao Investimento e Beta, 1976 a 1993.</i>	242
<i>Gráfico 11.15</i>	<i>Grupo -Trabalho + Terra: Propensão ao Investimento e Investimento Real, 1976 a 1994 (Correlação de Pearson: 0,8031)</i>	242
<i>Gráfico 11.16</i>	<i>Grupo -Trabalho+Terra: Regressão Linear entre Propensão ao Investimento e Investimento Real (retirados os dois principais pontos outliers: 1993 e 1994)</i>	243
<i>Gráfico 11.17</i>	<i>Grupo -Trabalho+Terra: Probabilidade de permanência 1976 a 1994.</i>	243
<i>Gráfico 11.18</i>	<i>Grupo+Trabalho+Terra: Eficiência Reprodutiva, Propensão ao Investimento e Beta, 1976 a 1993.</i>	245
<i>Gráfico 11.19</i>	<i>Grupo +Trabalho+Terra: Propensão ao Investimento e Investimento Real, 1976 a 1994 (Correlação de Pearson: 0,5000)</i>	245
<i>Gráfico 11.20</i>	<i>Grupo +Trabalho+Terra: Regressão Linear entre Propensão ao Investimento e Investimento Real (retirados os dois principais pontos outliers: 1991 e 1993)</i>	246
<i>Gráfico 11.21</i>	<i>Grupo +Trabalho+Terra: Probabilidade de permanência, 1976 a 1994.</i>	246
<i>Gráfico 11.22</i>	<i>Grupo +Trabalho-Terra: Eficiência Reprodutiva, Propensão ao Investimento e Beta, 1976 a 1993.</i>	247
<i>Gráfico 11.23</i>	<i>Grupo +Trabalho-Terra: Propensão ao Investimento e Investimento Real, 1976 a 1994 (Correlação de Pearson: 0,5228).</i>	248
<i>Gráfico 11.24</i>	<i>Grupo +Trabalho-Terra: Regressão de melhor ajustamento entre Propensão ao Investimento e Investimento Real (retirados os dois principais pontos outliers: 1982 e 1984)</i>	248
<i>Gráfico 11.25</i>	<i>Grupo +Trabalho -Terra: Probabilidade de permanência, 1976 a 1994.</i>	249

<i>Gráfico 11.26</i>	<i>Evolução da área plantada com culturas permanentes em sistemas que conjugam culturas temporárias com culturas permanentes no município de Capitão Poço, (unidade de produção média).</i>	252
<i>Gráfico 11.27</i>	<i>Área com culturas temporárias nos sistemas de produção que conjugam culturas temporárias e culturas permanentes no município de Capitão Poço, (média por unidade produtiva em 1993).</i>	252
<i>Gráfico 11.28</i>	<i>Evolução da área plantada com culturas permanentes nos sistemas que conjugam culturas temporárias, culturas permanentes e pasto, no município de Capitão Poço (média por unidade produtiva).</i>	253
<i>Gráfico 11.29</i>	<i>Área plantada com culturas temporárias nos sistemas que conjugam culturas temporárias, culturas permanentes e pasto, no município de Capitão Poço (média por unidade produtiva em 1993).</i>	253
<i>Gráfico 11.30</i>	<i>Evolução da área plantada com culturas permanentes nos sistemas que conjugam culturas temporárias, culturas permanentes e pasto, no município de Capitão Poço (média por unidade produtiva).</i>	254
<i>Gráfico 11.31</i>	<i>Implantação anual de pasto por unidade produtiva média, por grupos de restrição de terra e trabalho, no período de 1970-1972.</i>	263
<i>Gráfico 11.32</i>	<i>Implantação anual de culturas permanentes por unidade produtiva média, por grupos de restrição de terra e trabalho, no período de 1970-1972.</i>	263
<i>Gráfico 11.33</i>	<i>Implantação acumulada de pasto por unidade produtiva média, por grupos de restrição de terra e trabalho, 1970-1992.</i>	267
<i>Gráfico 11.34</i>	<i>Implantação acumulada de culturas permanentes por unidade produtiva média, por grupos de restrição de terra e trabalho, 1970-1992.</i>	268
<i>Gráfico 11.35</i>	<i>Taxas de crescimento anual de área com culturas permanentes e com pasto, por unidade produtiva média, com restrição de trabalho e abundância de terra.</i>	269
<i>Gráfico 11.36</i>	<i>Taxas de crescimento anual de área com culturas permanentes e com pasto, por unidade produtiva média, com abundância de trabalho e de terra</i>	269
<i>Gráfico 12.1</i>	<i>Proporção da área colhida com culturas permanentes na área colhida total dos municípios de Capitão Poço e Irituia.</i>	276
<i>Gráfico 12.2</i>	<i>Evolução da Área com culturas Permanentes por Unidade Familiar em Capitão Poço e Irituia, em Hectare, 1976-1992.</i>	277
<i>Gráfico 12.3</i>	<i>Evolução da área colhida, do valor total e do valor por hectare das culturas temporárias em Capitão Poço, 1976-1992, números índices (1976=100).</i>	278

Gráfico 12.4 *Evolução da área colhida, do valor total e do valor por hectare das culturas temporárias em Irituia, 1976-1992, números índices (1976=100).* 278

Gráfico 12.5 *Evolução da área média por unidade familiar de culturas permanentes em Capitão Poço e Irituia.* 283



LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 7.1</i>	<i>Participação da agricultura de base familiar nos Estados Unidos</i>	<i>152</i>
<i>Tabela 7.2</i>	<i>Distribuição da frequência absoluta e relativa dos estabelecimentos agrícolas nos Estados Unidos por faixa de receita de vendas, para o total e por faixa etária do titular, 1998</i>	<i>159</i>
<i>Tabela 7.3</i>	<i>Compra e venda de terras na agricultura dos Estados Unidos, de 1973 a 1998 (1.000 acres)</i>	<i>162</i>
<i>Tabela 7.4</i>	<i>Movimento de compra e venda de terras na agricultura americana para diversos períodos, por faixa etária do titular do estabelecimento</i>	<i>163</i>
<i>Tabela 9.1</i>	<i>Correlações de Pearson para os componentes de ciclo do Estoque de Capital na Agricultura, total e média por unidade produtiva, da Taxa Real de Juros da Economia nos Estados Unidos e da rentabilidade da Agricultura (1948-1994)</i>	<i>186</i>
<i>Tabela 9.2</i>	<i>Correlações de Pearson para os componentes de ciclo do Estoque de Capital na Agricultura, total e média por unidade produtiva, e da participação líquida das transferências governamentais na renda líquida dos estabelecimentos na agricultura dos Estados Unidos (1948-1994)</i>	<i>187</i>
<i>Tabela 9.A-1</i>	<i>Valor, Tendência e Ciclos do Produto Nacional Bruto dos Estados Unidos, 1948 a 1994</i>	<i>193</i>
<i>Tabela 9.A-2</i>	<i>Valor, tendência e ciclos do estoque de capital total e médio na agricultura dos Estados Unidos, 1948 a 1994 (US\$ de 1987)</i>	<i>194</i>
<i>Tabela 9.A-3</i>	<i>Valor, tendência e ciclos da Taxa Real de Juros da Economia dos Estados Unidos, 1948 a 1994</i>	<i>195</i>
<i>Tabela 9.A-4</i>	<i>Componentes de ciclo das condições de rentabilidade da agricultura nos Estados Unidos, 1948 a 1994</i>	<i>196</i>
<i>Tabela 9.A-5</i>	<i>Cálculo da evolução da eficiência reprodutiva (h) e investimento potencial (i) para a agricultura nos Estados Unidos, 1948 a 1994</i>	<i>197</i>
<i>Tabela 9.A-6</i>	<i>Valor, Tendência e Ciclos do Peso das transferências governamentais na renda líquida dos estabelecimentos agrícolas dos Estados Unidos, 1948 a 1994</i>	<i>198</i>
<i>Tabela 10.1</i>	<i>Coeficientes de Correlação de Pearson¹ entre a quantidade produzida (para o ano t) e preço (para o ano t-1) do Arroz de 1970 a 1980 em microrregiões escolhidas³ no Estado do Pará.</i>	<i>215</i>

<i>Tabela 10.2</i>	<i>Coefficientes de Correlação de Pearson¹ da produtividade do Arroz em relação ao tempo² em microrregiões escolhidas³ no Estado do Pará.</i>	216
<i>Tabela 10.3</i>	<i>Taxa geométrica de crescimento anual do valor da produção¹ agrícola camponesa² na Região Norte³ - 1970 a 1985.</i>	217
<i>Tabela 10.4</i>	<i>Análise fatorial de variáveis fundamentais da economia camponesa no Estado do Pará.</i>	220
<i>Tabela 10.5</i>	<i>Prevalência dos fatores Mudança Técnica e Concentração Fundiária nas principais microrregiões do Estado do Pará.</i>	222
<i>Tabela 11.1</i>	<i>Evolução da estrutura fundiária, no município de Capitão Poço nos anos 1970 – 1985.</i>	228
<i>Tabela 11.2</i>	<i>Evolução do uso da terra no município de Capitão Poço nos anos 1970 – 1985.</i>	229
<i>Tabela 11.3</i>	<i>Formas de financiamento das diversas atividades da agricultura familiar, por restrição de trabalho e terra em Capitão Poço (% da área).</i>	234
<i>Tabela 11.4</i>	<i>Proporção da força de trabalho total aplicada e força de trabalho familiar e disponibilidade de terras das unidades familiares, por sistemas de produção no município de Capitão Poço.</i>	251
<i>Tabela 11.5</i>	<i>Uso das terras da agricultura familiar, no município de Capitão Poço (hectares médios por unidade).</i>	251
<i>Tabela 11.6</i>	<i>Participação relativa das atividades principais no valor bruto da produção dos estabelecimentos camponeses no município de Capitão Poço.</i>	255
<i>Tabela 11.7</i>	<i>Rendimento bruto e líquido do trabalho familiar no estabelecimento médio camponês, no município de Capitão Poço (Em US\$ 1,00 de 1989.).</i>	257
<i>Tabela 11.8</i>	<i>Decomposição do rendimento líquido do conjunto dos estabelecimentos camponeses nas variáveis R, r, y, a e z por sistemas de produção no município de Capitão Poço.</i>	258
<i>Tabela 11.9</i>	<i>Variáveis R, y, r, z e a para os sistemas de produção e restrições de terra e trabalho.</i>	261
<i>Tabela 11.10</i>	<i>Participação relativa da criação de pequenos animais, das culturas temporárias e culturas permanentes e da pecuária bovina no rendimento líquido dos estabelecimentos camponeses por sistemas de produção no município de Capitão Poço.</i>	264
<i>Tabela 11.11</i>	<i>Dados da pecuária bovina nos estabelecimentos camponeses por sistemas de produção e restrições de trabalho e terra, no município de Capitão Poço.</i>	265
<i>Tabela 11.12</i>	<i>Rendimento líquido por unidade de trabalho e por unidade de área, dias trabalhados e área cultivada por unidade produtiva e por atividade principal – estabelecimentos com abundância relativa de terra.</i>	266

<i>Tabela 11.13</i>	<i>Participação dos consórcios nas áreas com culturas temporárias para todos os casos (em Ha, n=101).</i>	271
<i>Tabela 11.14</i>	<i>Participação dos consórcios nas áreas com culturas permanentes para todos os casos (em Ha, n=101).</i>	272
<i>Tabela 12.1</i>	<i>Coefficientes angulares das regressões lineares da rentabilidade por hectare e da área colhida para Irituia e Capitão Poço, em três períodos sequenciados.</i>	279
<i>Tabela 12.2</i>	<i>Capitão Poço- Evolução da área com culturas permanentes* entre os camponeses (ha).</i>	281
<i>Tabela 12.3</i>	<i>Irituia - Evolução da área com culturas permanentes* entre os camponeses (ha).</i>	282
<i>Tabela 12.4</i>	<i>Estrutura da renda líquida global por atividade e por produto e participação do autoconsumo dos camponeses de Capitão Poço em 1993.</i>	285
<i>Tabela 12.5</i>	<i>Estrutura da renda líquida global por atividade e por produto e participação do autoconsumo dos camponeses de Irituia em 1992.</i>	286
<i>Tabela 12.6</i>	<i>Indicadores Econômicos dos Padrões Reprodutivos dos Camponeses de Irituia e Capitão Poço.</i>	291
<i>Tabela 12.7</i>	<i>Cálculo da eficiência reprodutiva e do índice de Gini-Hirschman para o padrão reprodutivo vigente entre os camponeses de Irituia.</i>	293
<i>Tabela 12.8</i>	<i>Cálculo da eficiência reprodutiva e do índice de Gini-Hirschman para o padrão reprodutivo vigente entre os camponeses de Capitão Poço</i>	294



LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1.1</i>	<i>Modelo de Lênin para as trajetórias de desenvolvimento do capitalismo na agricultura</i>	<i>54</i>
<i>Figura 6.1</i>	<i>Trajetoórias de Adaptação das Unidades Camponesas por ajustamento da Eficiência Reprodutiva</i>	<i>142</i>
<i>Figura 7.1</i>	<i>Mobilidade multidirecional e cíclica: determinantes de mobilidade centrífuga e centripeta entre unidades familiares camponesas</i>	<i>156</i>
<i>Figura 10.1</i>	<i>Interrelação entre os fatores atuantes na economia camponesa no Estado do Pará</i>	<i>221</i>



SUMÁRIO

PREFÁCIO	31
-----------------------	-----------

PRÓLOGO	41
----------------------	-----------

PARTE I

TEORIA ECONÔMICA E ECONOMIA CAMPONESA	45
--	-----------

<i>Capítulo 1: A economia política de Marx e os clássicos da questão agrária</i>	<i>47</i>
--	-----------

<i>Capítulo 2: Da fundamentação histórico-estrutural clássica da questão agrária à economia política da presença camponesa em meados do século XX.....</i>	<i>54</i>
--	-----------

<i>Capítulo 3: O subjetivismo neoclássico, a economia rural e os camponeses.....</i>	<i>70</i>
--	-----------

<i>Capítulo 4: Chayanov e a especificidade camponesa.....</i>	<i>93</i>
---	-----------

<i>Capítulo 5: Para uma teoria unificada da economia camponesa – a especificidade da razão.....</i>	<i>100</i>
---	------------

<i>Capítulo 6: Para uma teoria unificada da economia camponesa – as formas de existência.....</i>	<i>138</i>
---	------------

PARTE II

CAMPONESES E FRONTEIRA INTENSIVA DO CAPITALISMO	147
--	------------

<i>Capítulo 7: O padrão reprodutivo da economia camponesa nos Estados Unidos</i>	<i>149</i>
---	------------

<i>Capítulo 8: Eficiência reprodutiva e padrão técnico da economia camponesa nos Estados Unidos.....</i>	<i>166</i>
--	------------

<i>Capítulo 9: A Dinâmica dos Investimentos Agrícolas nos Estados Unidos (1948-1994): Uma explicação baseada em eficiência reprodutiva</i>	<i>180</i>
--	------------

PARTE III	
CAMPONESES E FRONTEIRA EXTENSIVA DO CAPITALISMO NO CASO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA	201
<i>Capítulo 10: As relações campesinato, capitalismo e fronteira agrícola: uma problematização das ciências sociais brasileiras</i>	<i>203</i>
<i>Capítulo 11: Economia camponesa e dinâmica inovativa no caso de Capitão Poço</i>	<i>224</i>
<i>Capítulo 12: Dinâmicas diferenciadas de mudança entre camponeses: os casos de Capitão Poço e Irituia</i>	<i>274</i>
EPÍLOGO.....	297
BIBLIOGRAFIA.....	301



PREFÁCIO

As classes dominantes no Brasil, desde os tempos coloniais e escravistas, aprimoraram-se na implementação de distintos sistemas de repressão da força de trabalho, seja ela do trabalhador livre, seja do camponês. E sempre consideraram os camponeses como um incômodo necessário.

Desde a formação do incipiente campesinato, nos interstícios das sesmarias e da ‘grande lavoura’¹), com a presença teimosa do intruso ou do posseiro nas denominadas terras livres na busca incessante de libertação pela posse da terra, até nas décadas recentes pela presença dos camponeses já consolidados, de arrendatários e parceiros ou daqueles posseiros entranhados nas matas e cerrados nas frentes de expansão das fronteiras agrícolas, o que a história registra, sobretudo, é um cotidiano de violência contra os camponeses, praticada conscientemente seja pelo senhor de escravos e latifundiários, seja pelos capangas e seguranças das empresas da grande lavoura contemporânea e pelos grileiros de terras. Não apenas a violência física, também, a econômica, política, ideológica, étnica e cultural tem sido lugar comum na história camponesa no Brasil, deixando indelével uma ampla gama de cicatrizes, marcas da implacável perseguição e punição a que os camponeses foram e são sujeitos.

A subalternidade que foi imposta pelos capitalistas aos camponeses e introjetada, contraditoriamente, na sua complexa cultura através das mais diferentes formas assumidas pelas relações sociais opressivas entre a expansão capitalista e os camponeses, poderia ser sintetizada emblematicamente na intolerância dos capitalistas perante a aspiração dos camponeses de terem acesso à terra. Sem dúvida, a causa fundamental de toda opressão e violência contra os camponeses foi, tem sido e continuará sendo a disputa pela apropriação da terra.

Na racionalidade mercantil e capitalista estava, e está, reservada aos camponeses, e sempre sob o domínio econômico e a direção política latifundiária e ou burguesa, duas tarefas na divisão social do trabalho: a oferta de força de trabalho – efetiva e potencial – pela família camponesa e a produção de alimentos básicos. No entanto, seja no seu imaginário ou na sua aspiração, o que os camponeses buscavam e buscam na luta para romper com o jugo direto do latifundiário e indireto do capital, foi e é o acesso à terra, condição indispensável ao camponês para a construção de uma autonomia relativa que lhe garantisse a subsistência, lhes propiciasse independência no seu que-fazer e a felicidade no ser.

Mesmo no processo de constituição dos núcleos coloniais, no início de século XIX, com a importação da força de trabalho dos imigrantes estrangeiros e, posteriormente, na colonização

¹ Martins, José de Souza (1973). A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo, Livraria Pioneira Editora; p. 49.

pública e privada na fronteira agrícola do centro-oeste e da Amazônia, os programas governamentais e as iniciativas privadas de colonização reafirmavam as tarefas destinadas aos camponeses pelas classes dominantes: a ampliação da disponibilidade da força de trabalho para o capital e a produção de alimentos básicos e baratos para os núcleos urbanos. Essas proposições e iniciativas sempre se concretizaram acrescidas de uma restrição: que os camponeses não competissem pela apropriação da terra, esta, desde sempre no Brasil, destinada aos latifundiários e às empresas capitalistas para a produção de mercadorias para a exportação. No limite, tolerava-se que os trabalhadores rurais imigrantes, ou os nacionais deslocados, comprassem e ou arrendassem terras dos latifundiários, ou com eles estabelecessem regimes de parceria.

Essa racionalidade dominante continua presente no Brasil contemporâneo. Mesmo que o capital crie, recrie e destrua as mais distintas formas de relações sociais com os camponeses, o acesso a terra e nela a reprodução social do camponeses devem e deverão ocorrer de maneira subalterna, em menor ou maior grau, ao capital. A não concretização de uma reforma agrária e a destinação das terras livres ao agronegócio; a repetição político-ideológica de que os camponeses são os responsáveis por parte importante dos alimentos básicos na dieta alimentar brasileira; e a significativa parcela dos próprios camponeses assumindo que seus filhos poderiam ter melhor perspectiva de vida como força de trabalho nas cidades, são repetições de comportamentos historicamente estabelecidos que apenas reafirmam a lógica histórica estrutural do capital no Brasil em relação aos camponeses: que estes se constituam em reserva de força de trabalho e se dediquem à produção de alimentos básicos baratos.

Uma das dimensões mais dolorosas da subalternidade dos camponeses, e que os acompanha como uma sombra, tem sido a intrusão, na sua subjetividade, do sentir-se um pobre do campo. Ainda que permanente, e historicamente, em luta social pela sua libertação das mais distintas formas de opressão, resta-lhes sempre adormecida e revivificada pela religiosidade da igreja católica (e contemporaneamente por muitas outras) essa limitação da sua autoestima. E é reproduzida pelos próprios camponeses, seja na sua conduta, seja nas suas falas. Por mais valentes que sejam suas investidas contra os agressores, por maior resistência que ofereçam à violência do estranho para deixar a sua terra, é sempre difícil superar essa tarja ideológica. Mesmo que porventura sua situação financeira corresponda a ser pobre, todavia, o camponês não o é enquanto personalidade, e não corresponde às coragens das suas práticas de desbravador.

Essa dimensão da subalternidade é potencializada mais ainda quando os camponeses reproduzem, mesmo no silêncio do ensimesmado, a concepção dominante que se instaurou como ideologia do trabalho da agricultura de exportação, então relativa à imigração e à colocação dos imigrantes nas fazendas, conforme salientava Antônio Prado ao Senado, em 1888. “(...) a família, por aquele modo colocada (*nas terras dos latifundiários – HMC*), se for **morigerada, sóbria e laboriosa**, poderá ter acumulado pecúlio suficiente à aquisição de terras...”². Pobres laboriosos e desejavelmente resignados.

² Martins, José de Souza (1973), op. cit. p. 68.

A lei de terras de 1850 (Lei nº 601, de 18 de setembro), e as demais medidas legais que a circunscreveram, ao dar à terra o caráter de mercadoria, deu também um duro golpe sobre os camponeses e os trabalhadores rurais. Legalizou o que já era legitimado pelo pacto de dominação imperante no país: a monopolização das terras e dos recursos naturais pelos latifundiários e a grandes empresas capitalistas. Mas, a luta social pela terra não foi encerrada. Continuou e continua obtendo conquistas nos conflitos sociais decorrentes da luta pela terra.

O Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4214, de 2 de março de 1963), o Estatuto da Terra (Lei 4504, de 30 de novembro de 1964) e a Constituição Federal de 1988, entre diversas outras medidas formais, abriram espaços legais para a afirmação dos direitos dos camponeses, das famílias de posseiros e dos trabalhadores rurais, e ampliaram os mecanismos legais de acesso formal à terra, em particular pela reforma agrária e pela regularização fundiária dos camponeses posseiros. Mesmo esses instrumentos jurídicos conquistados pelas lutas sociais dos camponeses e dos trabalhadores rurais – mediadas pelas organizações e movimentos sociais, políticas e sindicais no campo – têm sido desprezados, escamoteados e intencionalmente omitidos pelos poderes da República. Apesar das arbitrariedades e da violência contra a pessoa e o patrimônio dos camponeses, através da pressão econômica e física (desalojamentos forçados) contra terras camponesas e pela ocupação de grandes áreas de terra rural devolutas (grilagens) pelos prepostos dos grandes capitalistas, essas ações, social e ambientalmente, predatórias que têm sido legitimadas por decisões governamentais ‘pelo alto’.

Essa epopeia camponesa no Brasil foi agravada pela concepção e posicionamento de diversos setores políticos e personalidades, do que se convencionou denominar de centro-esquerda, ao assumirem, mecanicistamente, as corretas premissas marxistas – assim como em Kautsky e Lênin, de que as formas camponesas no capitalismo seriam desagregadas e eliminadas pelas mais distintas maneiras. Mesmo se constatando a presença de milhões de camponeses no país, ao menos nas últimas décadas, não houve, ou foi muito incipiente, a partir da maior parte dos setores de centro-esquerda, a formulação de outra hipótese de reorganização e ampliação da massa de camponeses para se criar as condições objetivas para se desencadear mudanças estruturais no campo. Insistiu-se, e insiste-se, no fortalecimento do capitalismo no campo, da empresa capitalista com tendências monopolistas, como o melhor e suposto caminho para de mudanças estruturais socializantes no campo.

As hipóteses da cooperação entre os camponeses para potencializar as forças produtivas, nas suas mais distintas formas; da massificação camponesa pela reforma agrária; da construção pelo campesinato de um outro paradigma de produção e tecnológico no campo, sempre foram subestimadas ou mesmo descartadas pela maior parte dos setores de centro-esquerda, devido, em especial, às supostas dificuldades de mudanças no comportamento pequeno-burguês dos camponeses pelo fato de serem proprietários e ou terem acesso privado à terra. Restou principalmente, aos camponeses, a partir das ideias ‘de fora’, a reivindicação de direitos e o contraditório acesso às políticas públicas, além do protesto pelo descaso em atendê-las. De fato, e reiterando, foi oferecida aos camponeses uma utopia ao inverso, sem esperança:

esperar, num que-fazer morigerado, sóbrio e laborioso, por vezes esperneando, pelo seu próprio desaparecimento ou desagregação. Mortes anunciadas, ilusões desperdiçadas.

A subordinação estrutural dos camponeses ao capital foi reforçada pelo consentimento político-ideológico de setores do centro-esquerda ao induzirem os camponeses a aceitarem, num pragmatismo similar a uma ambígua caridade, o apoio compensatório do Estado devido à irreversibilidade de seu ‘destino’. A hipótese de que a afirmação camponesa poderia significar, em um movimento social de massa, a negação do capitalismo no campo e a construção de um outro paradigma de produção e tecnológico, nem havia sido cogitada e já era deixada de lado.

Apesar dessa intrincada, sempre contraditória e audaciosa, reprodução social camponesa, é possível asseverar que um diversificado e disseminado campesinato está presente no Brasil, como o comprovou o Censo Agropecuário do IBGE de 2006. Todavia, apesar das lutas sociais camponesas reivindicatórias, do crescimento dos conflitos sociais no campo, como consequência das lutas na terra e pela terra, os camponeses continuam, de maneira geral, subordinados indireta e diretamente ao capital. E tudo leva a crer que isso se dá não porque sejam poucas as organizações e movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e camponeses, nem que as suas propostas de luta, sejam de resistência social, sejam de ampliação e afirmação de seus direitos, tenham sido historicamente precárias. Muito ao contrário, a história social dos camponeses é plena de lutas de libertação. Porém, as lutas camponesas, ainda que apoiadas moralmente por setores de esquerda nem sempre foram e são apoiadas politicamente³.

Apesar de tantas iniciativas perspassadas pelas mais distintas contradições, é possível sugerir que nessas ações historicamente constituídas faltou alguma coisa para ajudar as tentativas de superação da subalternidade camponesa ao capital. Esteve ausente um instrumento que desse aos camponeses e seus intelectuais orgânicos a possibilidade de tomarem decisões teoricamente embasadas e que lhes permitissem definir não somente objetivos estratégicos de superação do modo capitalista de produção no campo, mas que nessa superação se afirmasse o campesinato.

É minha sugestão que o instrumental teórico disponível, ou a forma como se apresentou o seu arranjo conceitual, tendeu para que a leitura do camponês no Brasil se fizesse, ora para explicar sua situação sócioantropológica, ora para entender suas possibilidades de reprodução social, a partir dos referenciais teóricos apoiados na racionalidade capitalista, gerando, em consequência, um ‘desencanto em relação aos camponeses’, esses pobres do campo. Nessa perspectiva, foi precária a busca de informações com caráter positivo, ou seja, de afirmação de novas formas de organização do campesinato, mesmo havendo informações críticas e plenas de ensinamentos sobre experiência socialistas com os camponeses nos países do leste europeu. Chayanov foi lido e estudado, predominantemente, nos aspectos das contradições políticas à época (1920-25) quando a preocupação com o viés dos populistas russos estava presente. Tudo leva a crer que as leituras enfatizavam mais a luta política, pelo alto, do que a afirmação camponesa.

O livro de Francisco de Assis Costa, intitulado **Economia Camponesa nas Fronteiras**

³ Ver Martins, José de Souza (1993). A chegada do estrangeiro. São Paulo, Hucitec, p. 110.

do Capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia Brasileira, ao ser lido e ter suas ideias socializadas pelos leitores, deverá certamente se tornar um instrumento fundamental para que os camponeses e seus intelectuais orgânicos, organizações e movimentos sociais e sindicais camponeses, os professores e pesquisadores das universidades, os técnicos ligados à questão camponesa, entre tantos outros, possam, no seu que-fazer de filosofar e refletir, ampliar a compreensão sobre as possibilidades efetivas de superação da subalternidade do camponês ao capital. E de sondarem, nas suas controvérsias e solilóquios, as efetivas possibilidades de se afirmar a autonomia relativa camponesa perante o capital, mesmo no âmbito da formação econômica e social sob a hegemonia capitalista; de indagarem, sem autocensuras, sobre as hipóteses de se realizar uma acumulação camponesa (apenas com o trabalho direto da família); de se edificar massivamente um novo paradigma de produção e tecnológico no campo a partir da economia camponesa.

Foram dois, entre diversos outros, os principais desafios enfrentados e equacionados por Costa, nos estudos e pesquisas que resultaram neste seu livro: a afirmação da especificidade camponesa ao ‘explicitar teoricamente a racionalidade que unifica a diversidade de comportamentos, associando-os à variedade de formas de existência’; e, a partir do conceito síntese de eficiência reprodutiva – um coeficiente que permite mensurar a transformação do trabalho dispendido em meios de reprodução –, ‘articular teoricamente as percepções que, na tradição chayanoviana, enfatizam as condições internas ao sistema da produção camponesa com as que, na tradição marxista, enfatizam as determinações do sistema envolvente. Com base nisso, se estabelecer, numa teoria do investimento camponês...’

É evidenciado, ademais, que o modelo dominante impõe uma forma padrão de racionalidade centrada no lucro, a qual é impertinente para dar conta da reprodução social camponesa, esta centrada na reprodução social da família. Na economia camponesa, outra racionalidade se faz presente: a racionalidade camponesa ou a especificidade camponesa. Na minha compreensão, isso demandaria, portanto, numa formação econômica e social hegemônica pela racionalidade do capital, que se dispusesse de uma teoria da economia camponesa que proporcionasse aos camponeses e seus aliados instrumentos conceituais para um enfrentamento teórico com o paradigma capitalista no campo e, ao mesmo tempo, uma práxis de superação da hegemonia capitalista, que contribuísse para a formulação de um conjunto articulado de propostas político-ideológicas camponesas que permitisse a definição de objetivos estratégicos de ação afirmativa da luta social camponesa mais além dos marcos ideológicos e institucionais estabelecidos pelas classes dominantes.

Desejo salientar que os camponeses – com o aporte teórico-prático de Costa que este seu livro oferece – ao se tornarem portadores de uma teoria unificada camponesa, base explicativa de uma razão camponesa, poderão alcançar um outro patamar conceitual na formulação da sua ação programática estratégica: agora além da resistência social, se abriria objetivamente, ao menos do ponto de vista teórico, a perspectiva de construção da autonomia relativa camponesa como base para sua constituição como sujeito social em uma aliança política com as outras classes sociais

populares, no âmbito das mudanças estruturais desejáveis para a sociedade brasileira.

Os pobres do campo, aquelas famílias cujo ideal ideológico dominante seria o de se tornarem pobres laboriosos com hábitos de consumo e hábitos de trabalho, portanto, com eficiência reprodutiva que os ajustem a uma vida morigerada, sóbria e laboriosa, poderão desde agora, encontrar uma base conceitual para efetivamente romper com essa concepção de mundo dominante e começarem a construir, ao serem portadores de uma outra ou renovada concepção e vivência do mundo camponês, um novo paradigma de produção e tecnológico que garanta a etnoagrobiodiversidade no campo. E, através dessas mudanças tecnológicas social e ecologicamente apropriadas ao que-fazer camponês, de novos investimentos e do usufruto crítico daquelas modernidades que possam tornar suas vidas menos penosas, estarem presentes e atuantes nas lutas sociais como sujeitos sociais com outra utopia, a afirmação camponesa pela negação do modelo de produção capitalista no campo.

Romper-se-ia, nessa tendência, a perspectiva dominante de que os camponeses seriam avessos às mudanças. As proposições técnico-científicas da agroecologia, da agricultura orgânica, da agricultura ecológica, da biodinâmica, da homeopatia, dos manejos animais, vegetais e florestais, das formas dinâmicas de convivência com a biodiversidade, entre tantas outras possibilidades, agora aliadas a uma teoria da economia camponesa, permitirão certamente que os camponeses rompam com o paradigma tecnológico e de produção dominantes e reconstruam suas concepções de mundo e de vida social no sentido da afirmação da sua autonomia relativa perante o capital e da ampliação de um novo paradigma nas relações produtivas homem-natureza.

Não há porque não se supor um renascer camponês, anticapitalista, agora como sujeito social de sua história e aliado consciente e crítico de outras classes sociais populares. Um renascer cuja autoestima e a construção do camponês como classe social lhe proporcionem uma predisposição de tal maneira que, nas palavras de Costa, “a dinâmica inovativa do sistema representado pela família camponesa mediante o desafio de contra-arrestar as forças que afetam sua eficiência reprodutiva resulta, primeiro, da motivação de seus membros em despendem o trabalho extraordinário que se faz necessário e, segundo, da disponibilidade efetiva (quer dizer, objetiva) de capacidade de trabalho para tanto. Por fim, das condições sob as quais transforma o trabalho potencialmente reservado para a mudança em investimento efetivo, o que sempre implica acumulação de capacidades...”

A experiência de Costa, de mais de 30 anos, como professor, pesquisador e intelectual militante social, lhe proporcionou não apenas o rigor e a disciplina científica necessárias para a construção da sua teoria unificada sobre a economia camponesa como, ademais, deu-lhe condições objetivas e subjetivas de confirmar suas hipóteses em situações concretas de campo através de inúmeros projetos de pesquisa. Nesse seu livro se poderá ler e estudar, como exemplos ilustrativos, os resultados de algumas pesquisas de campo na Amazônia brasileira: o estudo da diversidade de situações e formas da presença camponesa na fronteira amazônica e os estudos de casos da economia camponesa e da dinâmica inovativa em dois municípios, Capitão Poço e Irituia, ambos no Pará. E, mais, os resultados dos estudos, objetivando a busca de uma explicação

baseada no padrão reprodutivo, na eficiência reprodutiva, no padrão técnico e na dinâmica dos investimentos agrícolas na economia camponesa dos EUA.

Essa opção intelectual pela compreensão, explicação e teorização sobre a economia camponesa exigiu muita abnegação e coragem de Costa. Ele vivenciou momentos de discriminação ideológica no mundo das universidades, por vezes de maneira sutil, outras vezes nem tanto assim. No mundo acadêmico contemporâneo onde o objeto de estudo rural tem sido restrito e regido por ideias iluministas qual avatares a partir dos valores do agronegócio, pesquisar, participar de congressos, expor trabalhos científicos, lecionar e mesmo refletir sobre os camponeses se tornou, para muitos, uma heresia intelectual, quiçá, um anacronismo. Desde há muito tempo é assim que caminham aqueles que desejam saber, além das ladainhas construídas pela ideologia dominante, o que se passa no lado dos supostos “perdedores” na história. Querer compreender aqueles que, para os dominantes, como bem os nomeou Lúcio Flávio Pinto⁴, se tornaram ‘os quase sempre ignorados’, e fazer vir à tona a questão camponesa na sua plenitude exigiu mais do que destemor e desprendimento, requereu a disciplina dos que desejam alcançar uma erudição e um rigor científicos que evidenciassem que mesmo abordando uma questão no contra fluxo da ideias dominantes, como o tema da economia camponesa, haveria ali um saber que não poderia ser ignorado.

Conforme salientou Costa, “a propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores diretos na produção familiar coloca sempre problemas distintos dos problemas proletários. São próprias as questões de ordem política (no que se refere às condições que medeiam o acesso à terra e a propriedade da terra) e econômica (no que se refere às mediações na transformação do produto gerado sob condições distintas da produção capitalista em produto social) que ressaltam da relação campesinato/capitalismo.” A contribuição de Costa será essencial para que os camponeses, em um mundo sob a dominação do capitalismo oligopolista, não permaneçam condenados a “um destino medíocre numa sociedade em movimento”⁵.

Nada mais otimista e de bem-aventurança do que as próprias palavras de Costa “(...) se os camponeses elevarem o porte e a qualidade de sua acumulação – não só de capital físico, mas também de capital intangível, sobretudo na forma de saber técnico e gerencial, dominante ou alternativo; saber que controle o *status quo* tecnológico, o conhecimento laboratorial e codificado, ao mesmo tempo que capaz de divisar possibilidades fora dos manuais, fundamentais para elevar a probabilidade de inovações de grande alcance numa nova abordagem da modernização da agricultura (agricultura moderna porque diversa, apoiada em padrão biológico-químico, sustentável)... o País poderá ter, por outro lado, em um campesinato amplo e forte, base para uma reforma social de grande alcance, que altere o conteúdo das instituições do Estado no sentido de que abrigue essas novas exigências.”

⁴ Lúcio Flávio Pinto na Introdução in Hébette, Jean (2004). Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém, EDUFPA, vol.III; p19

⁵ Expressão utilizada por Mollat, Michel (1989). Os pobres na Idade Média. Rio de Janeiro, Editora Campus, cap. II, p. 25

“Escrever é traduzir. Mesmo quando estivermos a utilizar a nossa própria língua. Transportamos o que vemos e o que sentimos para um código convencional de signos, a escrita, e deixamos às circunstâncias e aos acasos da comunicação a responsabilidade de fazer chegar à inteligência do leitor, não tanto a integridade da experiência que nos propusemos a transmitir, mas apenas uma sombra, ao menos, do que no fundo do nosso espírito sabemos bem ser intraduzível, por exemplo, a emoção pura de um encontro, o deslumbramento de uma descoberta, esse instante fugaz do silêncio anterior à palavra que vai ficar na memória como o rasto de um sonho que o tempo não apagará por completo.” (José Saramago)

Curitiba, agosto de 2010.

Horácio Martins de Carvalho



PRÓLOGO

A discussão sobre a relação entre produção camponesa – aquela derivada de estruturas produtivas rurais de base familiar – e reprodução social, sob o capitalismo, tem sido marcada pelas perspectivas distintas de teorias *dedutivas* e *indutivas*. As primeiras apontam, desde Marx, para uma tensão irresistível, estrutural e histórica, entre a validação das leis de funcionamento e movimento do modo capitalista de produção dominante e a permanência de formas não capitalistas, em particular dos camponeses nas formações econômico-sociais. As abordagens indutivas, por seu turno, formularam-se, por vezes apoiadas, por vezes forçadas, pela verificação empírica da presença camponesa nas sociedades de mercado, mais ou menos funcional aqui, mais ou menos tensa ali, contraditória (irracional), mesmo, acolá – em todos os casos, porém, real e (no mínimo) estatisticamente significativa. À apresentação dessas teorias dedicamos os quatro primeiros capítulos da Parte I. No Capítulo 1 apresentamos a abordagem de Marx e os encaminhamentos que, a partir dele, deram à matéria os principais clássicos marxistas da questão agrária, Lênin e Kautsky. O Capítulo 2 apresenta a reorientação da economia política sob o impacto das teses regulacionistas e dependencistas, resultados de amplos programas de pesquisa que, particularmente nos anos setenta, se debruçaram sobre a evolução do capitalismo no norte (desenvolvido) e no sul (subdesenvolvido).

Na perspectiva indutiva, dois conjuntos de leituras constituem importantes trajetos de pensamento: um que indaga sobre a razão decisória subjacente à presença camponesa, que a precede e determina, e outro que se volta às expressões concretas dela resultantes. Um põe em relevo a natureza peculiar do *comportamento* dos agentes em escrutínio, razões e decisões, procurando, a partir delas, esclarecer as formas da presença e indicar suas consequências macroeconômicas e sociais; o outro concentra-se na observação das *formas* de existência concreta, indagando sobre o sentido econômico respectivo. Não obstante partirem ambas de dimensões micro, a primeira se distingue fundamentalmente da segunda porque seus agentes, os camponeses, só existem constrangidos por uma estrutura – a família; nessa última os agentes são tratados como subjetividades substantivas, indivíduos: ponto de partida de tudo mais. Na base da análise fundamentada em racionalidade específica, pois constrangida sob o pálio da família, está o trabalho seminal de Chayanov apresentado no Capítulo 4; a análise pautada em formas de manifestação de uma racionalidade indiferenciada – subjetiva e substantiva – se assenta na tradição neoclássica que discutiremos no Capítulo 3.

Da relação entre as vertentes, estabeleceram-se antinomias recorrentemente utilizadas para qualificar as formas camponesas, considerando diferenças nas relações técnicas ou nas relações com a sociedade envolvente, sejam estas pelas características das relações de propriedade e ou pelas formas de integração no mercado. De modo que os diversos atributos opõem camponeses

proprietários a não proprietários da terra, tecnificados a não-tecnificados, especializados a diversificados e, sobretudo, internalizados ao mercado ou com graus de autonomia em relação a ele. Deriva daí a polaridade de ideias que vêm marcando o tema: em última instância, considera-se que a unidade familiar proprietária formal da terra e maximizadora de renda, por ser capaz de encarar riscos para inovar em bases mecânico-químicas especializadas, seria dinâmica, atuante mediante os termos da razão do sistema envolvente, por isso capaz de convívio sinérgico com as sociedades modernas; aquela unidade que apresenta atributos inversos a esses, não convergiria com a razão envolvente, sendo por isso incompatível com a modernidade industrialista.

Tal referencial, que ganha enorme penetração impulsionada pela antropologia de Henry Mendras e pela economia de Theodor Schultz, cinde a realidade camponesa em dois mundos: o dos “agricultores familiares”, aqueles camponeses compatíveis com a modernidade industrial-capitalista, e o dos “camponeses tradicionais”, aqueles incapazes de com ela conviver, contribuir, usufruir ou a ela contrariar, negar. Os efeitos práticos de tal cisão são relevantes: aos primeiros, o tratamento político de *sujeitos*, protagonistas em projetos de modernização e desenvolvimento; aos demais, a condição de *objetos* de assistencialismo terminal.

Ocorre que tal polaridade não se sustenta quando observamos o mundo. Nem quando focamos países que constituem a fronteira intensiva do capitalismo, como os Estados Unidos, nem tampouco quando observamos áreas de expansão do sistema, sua fronteira extensiva. Discutimos nos três capítulos da Parte II aspectos da realidade da agricultura americana, dada como paradigmática do “moderno”, na qual, entretanto, verifica-se uma riqueza de fenômenos “tradicionais” registrados em uma gama de pesquisas, como contrariedade em relação à maximização, de relutância em relação à inovação, previdência em relação à acumulação – a par de momentos em que o contrário de tudo isso é que prevalece. Por seu turno, realidades camponesas que são qualificadas de “tradicionais”, na Amazônia, mostram, como vemos nos três capítulos que compõem a Parte III do livro, uma grande riqueza de fenômenos “modernos”, seus agentes demonstrando por vezes grande capacidade de inovação, criatividade em lidar com incertezas, disposição a risco e habilidade no trato com o mercado – a par de se postarem de modo simétrico em outros momentos e situações.

Nesse ponto evidencia-se a resposta do livro a uma das hipóteses de trabalho do nosso programa de pesquisa: a noção de que camponeses, em contextos diversos, mais ou menos industriais, mais ou menos modernos, mais ou menos tradicionais por qualquer critério, podem se mostrar tanto dinâmicos, quanto conservadores; tanto dispostos a inovar, quanto relutantes em relação a isso; tanto dispostos ao risco, quanto a ele aversos. Pois é da sua *natureza* a não linearidade de comportamento, determinando a condição complexa dos sistemas em que atua. Essa é a primeira hipótese do nosso trabalho.

O desafio que se enfrenta é o de explicitar teoricamente a racionalidade que unifica a diversidade de comportamentos, associando-os à variedade de formas de existência. Isso equivale a encontrar, em uma mesma *natureza*, a justificação para posturas por vezes simétricas e formas particulares de expressão e evolução da existência camponesa nas sociedades hodiernas. No Capítulo 5 tratamos dessa unificação pela delimitação de um conceito capaz de abrigar todas as

formas camponesas porque se refere às suas condicionantes estruturais de última instância. Nas duas primeiras seções do capítulo, chegamos à noção de que “... são camponesas aquelas *famílias* que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativa, agrícola e não-agrícola – desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação”. A esse objeto nos referimos sempre que acionamos a categoria “camponês” ou suas correlatas. Nas seções seguintes, são problematizadas as categorias “eficiência reprodutiva” e “tensão reprodutiva”, esta o inverso daquela, ambas expressões sínteses da articulação teórica das percepções que na tradição chayanoviana enfatizam as condições objetivas internas às unidades de produção camponesas – que lhes assentam bases de uma economia moral porque orientada por obrigações e direitos forjados em parentesco – com as que, na tradição da economia política enfatizam as determinações do sistema envolvente anônimo, mecânico, amoral. Com base nisso, se estabelece, em uma teoria do investimento camponês, a unidade teórica dos comportamentos não lineares e a perspectiva de ajustamento dessas condutas em padrões que expressem tanto a condição (padrão reprodutivo), quanto a situação (estado da reprodução) da economia sob análise.

A segunda hipótese que orienta o trabalho é resultado da convicção de que o sistema pesquisado movimenta-se em contexto ativo, isto é, sob condições institucionais não-neutras e relevantes, históricas, de expressão difusa, normativa ou organizacional. De modo que situações que produzem equivalentes disposições à mudança podem produzir *formas de existência* completamente distintas de camponeses, em contextos diferentes. Das buscas de solução de um mesmo dilema, que exige, por exemplo, expandir a produção, pode resultar, em um caso, tecnificação mecânico-química e especialização; em outro, inovações de base biológica e diversidade. Em suma, entende-se que, tomada a *decisão de mudar* por processos orientados por *razões semelhantes*, as características do ambiente – natural e institucional – determinam os *diferentes comportamentos* (heurísticas de resolução de problemas) e, em consequência, as *diferentes formas* de existência camponesa. Na forma de variáveis e parâmetros de contexto, essas questões tornam-se elementos da análise teórica nas seções 5-7 a 5-9.

Por fim, um esclarecimento: este livro, entre tantos propósitos, também pretente dar suporte ao ensino nos programas, hoje já bastante numerosos no Brasil, que têm as dinâmicas agrária e agrícola entre seus objetos. Eis porque para todas as grandes teses levantadas, fazemos pequenos “experimentos” modelísticos e apresentamos exemplos numéricos: sobre as teses clássicas dedicamos todo o Sub-capítulo 2-6 a esse tipo de exercício; no Capítulo 3, utilizamos os mesmos artifícios em diversos pontos da apresentação dos neoclássicos; o mesmo em todo o Sub-capítulo 4-6, sobre Chayanov, bem como no Sub-capítulo 5-11, discutindo a nossa teoria da eficiência reprodutiva em confronto com a teses marxistas e os padrões reprodutivos de economias camponesas nos países industriais. Ainda na seção 5-10 e em todo Capítulo 6 fazemos exercícios para discutir a pertinência da teoria exposta mediante as variadas formas de existência camponesa nas sociedades hodiernas.



PARTE I

TEORIA ECONÔMICA E ECONOMIA CAMPONESA

CAPÍTULO 1

A ECONOMIA POLÍTICA DE MARX E OS CLÁSSICOS DA QUESTÃO AGRÁRIA

Compreender a presença de camponeses nas sociedades hodiernas é entender como suas estruturas ajustam-se, no *timing* exigido, às condicionantes envolventes. É como enuncia Eric Wolf em passagem célebre:

“Ao contrário do que dizem os clichês literários, os camponeses não se encontram estáticos, mas em permanente *estado dinâmico*, movendo-se continuamente (...) em busca de solução para seu dilema fundamental. A existência de uma vida camponesa não envolve meramente uma relação entre camponeses e não-camponeses, mas um tipo de *adaptação*, uma combinação de atitudes e atividades destinadas a sustentar o cultivador em sua *luta pela sobrevivência individual e de toda sua espécie*, dentro de uma ordem social que o ameaça de extinção” (Wolf, 1978: 34. Grifos nossos).

Capacidade de mudança é capacidade de permanência – eis a chave heurística da questão. Em torno dela polarizam-se, desde mais de um século, tensos debates entre posições que defendem a incapacidade das unidades camponesas de internalizarem excedentes e, a isso associada, uma necessariamente baixa capacidade de investimento, de formação de capital e inovações. A produção econômica de Karl Marx, de fundamento histórico-estrutural e perspectiva metodológica dedutiva, e a teoria neoclássica, fundada no subjetivismo do individualismo metodológico, convergem, curiosamente, nesse tópico. A incapacidade presumida apresenta-se como estrutural nos argumentos marxistas. Para os neoclássicos, trata-se de incapacidade cognitiva, de atuação sob impulso de decisões irracionais, não compatíveis com a racionalidade substantiva que o sistema requer de modo incondicional de todos os que dele participam. Tanto em um caso como no outro, a incapacidade de mudar inviabilizaria a convivência dos camponeses com o universo capitalista constituído de estruturas produtivas que, atuando sob concorrência, operam, cumprindo o que determina a melhor razão maximizadora, procedendo a contínuos investimentos e inovações que incorporam os avanços da ciência.

No outro lado do embate, em que avulta a teoria do economista russo Alexander von Chayanov, atribui-se à unidade de produção familiar uma microeconomia particular, responsável, em muitos contextos, por uma mobilização especialmente alta em relação aos investimentos e, portanto, capaz de apresentar alta capacidade estrutural de internalização de inovações.

À apresentação dessas abordagens seminais nos dedicamos nos próximos segmentos.

1-1. A perspectiva de Marx

Marx era particularmente pessimista em relação ao futuro do campesinato no capitalismo. Sua análise, para aí desembocar, supõe que a relação campesinato/capitalismo far-se-ia sob condições particulares estabelecidas tanto no *plano da distribuição* quanto no *plano da troca* enquanto instâncias mediadoras distintas da produção e do consumo.

É importante a distinção que estabelece entre o primeiro, como plano das relações mediatas, em que vigoram regulações macrosistêmicas, e o segundo, como plano local, fortuito, contingente das relações imediatas estabelecidas entre os indivíduos:

“A produção aparece assim como ponto inicial; o consumo como ponto final; a distribuição e a troca aparecem como meio termo, que é assim dúplice (...) já que a *distribuição* é determinada como momento determinado pela sociedade, e a *troca* como momento determinado pelos indivíduos. Na produção a pessoa se objetiva; no consumo a coisa se subjetiva; na distribuição, a sociedade, sob a forma de determinações gerais dominantes, encarrega-se da mediação entre a produção e o consumo; na troca, esta mediação realiza-se pelo indivíduo determinado fortuitamente” (Marx, 1978: 107-108).

Trata-se de distinção, anote-se, pois a ela retornaremos com alguma insistência, próxima à que Adam Smith estabeleceu entre relações de troca que se realizam no ambiente anônimo e impessoal do mercado e em contexto de relações pessoais. Na primeira instância, vigoram as leis gerais e sistêmicas (determinadas pela sociedade, conf. Marx, op. Cit.), teorizadas em *Welth of Nations*; na última tais leis convivem com, ou realizam-se através de relações entre indivíduos que se reproduzem em condições locais particulares (indivíduos determinados fortuitamente, conf. Marx, idem), objeto de *The Theory of Moral Sentiments*. North verifica que nessa distinção reside a possibilidade de considerar, desde Smith, fundamentos institucionais como endógenos à economia, posto que se preocupava “... not only with those forms of cooperation that produced colusive and monopolitic outcomes, but also with those forms of cooperation that would permit realization of the gains from trade.” (North, 1990: 12).

Pois bem, Marx indicava que no *plano da distribuição*, plano *macrosistêmico*, a forma de produzir camponesa caracterizar-se-ia por “entregar de graça” parte do trabalho excedente por ela produzido para a sociedade (Marx, 1985: 923-924). A afirmativa funda-se na pressuposição de uma especificidade dos camponeses quando comparados aos empresários capitalistas: eles não param de concorrer entre si e com outros modos de produção enquanto o lucro e a renda da terra estão sendo corroídos por preços de mercado sistematicamente abaixo do valor; não raro se mantêm ofertando sua produção mesmo quando o rendimento resultante equipara-se apenas ao salário médio de mercado, ou mesmo, situa-se abaixo deste (idem: 923). Tal forma de produzir não poderia, assim, absorver os progressos tecnológicos necessários ao enfrentamento das empresas capitalistas, compulsivamente inovadoras, na busca concorrencial do lucro (Ibidem: 924).

Para Marx, no plano da distribuição, pois, estabelece-se uma exploração não localizável, sistêmica, de tal modo que

$$\frac{W_{MC}}{W_{MI}} = 1 + a \quad (1.1)$$

onde W_{MC} é o valor de mercado do produto camponês W_{MI} o valor de mercado dos produtos adquiridos pelos camponeses e a uma taxa de exploração tendencialmente maior do que zero. Considerando que para Marx o valor de uma mercadoria é o “...tempo de trabalho em média necessário ou socialmente necessário para a [sua] produção.” (Marx, 1976a: 45-46), W_{MC} equivaleria à parcela Q_C da mercadoria produzida pelos camponeses multiplicada pelo valor médio desta mercadoria, isto é, pelo resultado da divisão da quantidade total de trabalho despendido em conjunto por todas as unidades produtivas (não apenas camponesas) na obtenção do total socialmente disponível da mercadoria em questão, pela sua quantidade total (Q_T).

No plano da troca, pensado por Marx como *das articulações mesosistêmicas, locais*, a taxa de exploração a , válida para o conjunto das unidades camponesas que em n lugares distintos participaram da produção de Q_C , impor-se-ia para cada unidade de produção individualmente mediada por sua condição particular na produção e nas transações.

Na produção, afirma-se o peso da diferença entre as condições produtivas (base natural e tecnológica) da unidade particular e a média de todos os produtores. Assim, a taxa de exploração social a se apresenta para um produtor individual como a taxa α na expressão abaixo:

$$1 + \alpha = \frac{W_{LC} \cdot W_{MC}}{W_{MC} \cdot W_{MI}} = \frac{Q_{CL} \cdot w_{LC}}{Q_{CL} \cdot W_{MC}} \cdot \frac{W_{MC}}{W_{MI}} = \frac{w_{LC} \cdot W_{MC}}{W_{MC} \cdot W_{MI}} \quad (1.2)$$

onde W_{LC} é o tempo de trabalho localmente (particularmente) aplicado na obtenção de W_{MC} , Q_{CL} a quantidade produzida do produto em questão pela unidade produtiva particular, w_{LC} o tempo de trabalho médio realmente aplicado localmente por unidade de produto e W_{MC} o seu valor médio de mercado.

Reescrevendo a expressão acima, considerando que w_{LC}/W_{MC} é igual a relação entre a produtividade média do mercado nacional e a produtividade local¹, ao que chamamos de ω , explicitamos melhor o fundamental da teoria de Marx:

$$1 + \alpha = \frac{W_{LC}}{W_{MI}} = \omega \cdot (1 + a) \quad (1.3)$$

1 O valor de cada mercadoria seria o total de tempo de trabalho despendido em uma jornada de trabalho (jornada vezes número de trabalhadores = W) dividido por Q_{CL} , resultando no tempo de trabalho por unidade de produto. A produtividade seria a relação contrária, isto é, Q_{CL}/W . Se $1+a$ cresce, significa que a produtividade dos camponeses em relação à produtividade média decresceu, pois o conteúdo médio de valor trabalho das unidades de Q que eles produzem é superior à média do conjunto da produção da mesma mercadoria Q.

ou

$$W_{MI} = W_{LC} \cdot \frac{1}{\omega \cdot (1 + a)} \quad (1.4)$$

A absorção de produtos industriais de valor W_{MI} se faz por duas parcelas reguladas de modos diferentes, W_{MID} e W_{MIK} . Se a primeira representa necessidades reprodutivas fixas, que incluem a depreciação dos meios de produção ao lado do consumo da família, a segunda, os meios de investimento para ampliação da capacidade produtiva, será obtida por diferença, como segue:

$$W_{MIK} = \left(W_{LC} \cdot \frac{1}{\omega \cdot (1 + a)} \right) - W_{ID} \quad (1.5)$$

Ao crescer ω (a desproporção entre produtividade local e nacional), a taxa a , ou ambos os fatores, eleva-se o esforço da unidade produtiva, expresso em W_{LC} , para a obtenção da mesma quantidade de produtos industriais W_{MI} . Ou, para esforço constante, a unidade produtiva obterá cada vez menos produtos industriais, bloqueando as possibilidades de investimento ou impondo limites graves ao tempo disponível para investimentos, W_{MIK} .

Ainda no *plano da troca*, especificamente, porém, naquilo que trata as *transações*, Marx enfatiza a mediação do capital mercantil e usurário como bloqueadora do desenvolvimento técnico dos camponeses.

Partindo de uma dedução trivial de que o lucro do capital mercantil nesta mediação afere-se pela taxa m , tal que

$$m + 1 = \frac{Q_C \cdot P_{MC}}{Q_I \cdot P_{MI}} \quad (1.6)$$

onde m é a taxa de lucro, Q_C é quantidade de produtos camponeses postos no mercado, P_{MC} seu preço de mercado, Q_I a quantidade de produtos industriais consumidos pelos camponeses e mediados pelo capital mercantil e P_{MI} seu preço de mercado e multiplicando ambos os membros da equação por $w_{MC}/w_{MI} = \tau$ teríamos:

$$(m + 1) \cdot \tau = \frac{w_{MC} \cdot Q_C \cdot P_{MC}}{w_{MI} \cdot Q_I \cdot P_{MI}} \quad (1.7)$$

Nessa relação o numerador de w_{MC}/w_{MI} , como já foi definido, representa o valor médio de mercado do produto camponês e o denominador o valor médio, ou melhor, uma ponderação dos valores médios dos produtos industriais consumidos pelos camponeses. Assim, variações de τ significam, mantidos o padrão de consumo e produção dos camponeses, variações diretamente proporcionais no hiato entre a produtividade da indústria e dos camponeses; o que, em outras

palavras, expressa as condições como se posicionam os fundamentos produtivos de que participam os camponeses, o agrícola, e os demais setores da produção social, aqui abarcados no industrial.

Considerando em (1.7) que $w_{MC} \cdot Q_C / w_{MI} \cdot Q_I$ nada mais é que o primeiro membro da equação (1.1) tem-se:

$$(m + 1) \cdot \tau = (1 + a) \cdot \frac{P_{MC}}{P_{MI}} = (1 + a) \cdot \rho \quad (1.8)$$

e, fazendo $P_{MC} / P_{MI} = \rho$,

$$1 + a = (m + 1) \cdot \frac{1}{\rho} \cdot \tau \quad (1.9)$$

$$1 + a = (m + 1) \cdot \rho^{-1} \cdot \tau \quad (1.10)$$

O que a relação (1.10) nos diz é que a taxa de exploração a resulta de relações macrosistêmicas, como as que determinam τ e ρ , e das relações de mercado locais (imediatas) estabelecidas diretamente entre os agentes que conformam uma formação econômico-social em um território particular, como as representadas por m . Se, observado dessa escala, em um tempo dado, τ é estruturalmente estável, a taxa a depende do inverso da relação de preços dos produtos camponeses em relação aos produtos industriais (ρ^{-1}), no plano macro, e da taxa de lucro do capital mercantil, em plano meso e micro. Na equação (1.3), por outra parte, foi enunciado que além das condições locais de *transação* expressas em m , também as condições locais de *produção* em relação com a produtividade social média, expressa em w , multiplica $1+a$ para estabelecer uma taxa de exploração total $1+a$: deteriorando a produtividade local em relação à produtividade da economia no que tange aos produtos camponeses, crescem as dificuldades das unidades camponesas quanto ao investimento e, portanto, quanto à capacidade de permanência.

1-2. Marx, os marxistas e a “Questão Agrária”

A teoria de Marx sobre a relação campesinato-capitalismo poderia ser resumida como segue: as formas camponesas de produção reproduzem-se no capitalismo marcadas por condições objetivas que as constringem à concorrência para além do limite que permitiria, pela via dos preços, a incorporação do sobretrabalho por elas gerado. Comparativamente ao comportamento capitalista, tratar-se-ia, ao final, de *postura distinta* cujo resultado levaria a que, a relação de preços entre os produtos camponeses e os produtos industriais, evoluísse de modo desfavorável aos primeiros, reduzindo o fator $1/(1+a)$ que, na relação (1.11), determina o nível de internalização de novas capacidades produtivas. Tal inadequação assumiria a condição de contradição – um antagonismo fundamental, cuja funcionalidade parcial com as formas “antidiluvianas” de capital (gestores de m) não impediria a derrocada inexorável, resultado das pressões da lei do valor,

expressas na queda sistemática da produtividade comparativamente ao conjunto da produção (crescente), por conta da ausência de formação de capital, ou, na hipótese de produtividade estável, pelo confronto com uma produtividade média crescente para o conjunto da produção, tendência resultante tão somente da cada vez mais presente produção capitalista. Isso se expressaria em ω , a relação entre a produtividade média – incluindo a produção não camponesa – e a produtividade local dos produtos camponeses, também crescente. O efeito conjunto desses movimentos seria a deterioração sistemática da relação fundamental de troca entre o sistema envolvente e os camponeses, expressa em (1.12), resultado da substituição do valor de $1 + \alpha$ (obtido, por sua vez, pela substituição de 1.10 em 1.3) em (1.11): os camponeses receberiam, em bens industriais, cada vez menos relativamente aos valores por eles produzidos.

$$W_{MI} = W_{LC} \cdot \frac{1}{1 + \alpha} \quad (1.11)$$

e, portanto,

$$H = \frac{W_{MI}}{W_{LC}} = \frac{1}{\omega \cdot \rho^{-1} \cdot x \cdot (m + 1)} \quad (1.12)$$

A hipótese fundamental de Marx, de que W_{MI}/W_{LC} seria decrescente no tempo, foi aplicada a realidades distintas de fins do século XIX, gerando estudos influentes sobre as formas que objetivamente assumiam os processos indicados por ele.

Em dois livros considerados clássicos sobre a questão, Lênin parte do poder de determinação, sob o peso da lei do valor, da evolução das variáveis macrosistêmicas em operação no *plano da distribuição* para formular sua tese de diferenciação social do campesinato. Para ele, tanto numa realidade agrária formada por um campesinato indiferenciado, isto é, sem senhores feudais, como em parte da Rússia do final do século XIX (Lênin, 1974), e como nos Estados Unidos do início do século XX (Lênin, 1978), as determinações contidas em (1.12) atuariam, criando diferenciações cumulativas. De modo que o crescimento continuado de capacidades econômicas, que necessariamente ocorria na relação entre os camponeses melhores aquinhoados com os mercados e o efeito disso sobre a concorrência com os menos dotados de recursos, levaria, primeiro, a uma cisão, na qual se aprofundaria a distinção entre camponeses ricos, médios e pobres; em seguida, verificar-se-ia a transformação dos primeiros em capitalistas agrários e os demais em proletários, agrícolas ou não. No que se refere às condições locais sintetizadas em m , Lênin considera, como Marx, que “... quanto mais se desenvolva o comércio, tanto maior e mais profunda a desintegração dos camponeses” (Lênin, 1974: 173). É clara a posição do autor nesse ponto. Não obstante, na passagem que segue registra haver mais nesse nível de relações, do que está disposto a conceder relevância. É que,

“Ao dizer antes que a burguesia camponesa [gulak] é a senhora da aldeia de nossos dias, fazíamos abstração desses fatores que freiam a desintegração: vassalagem, a

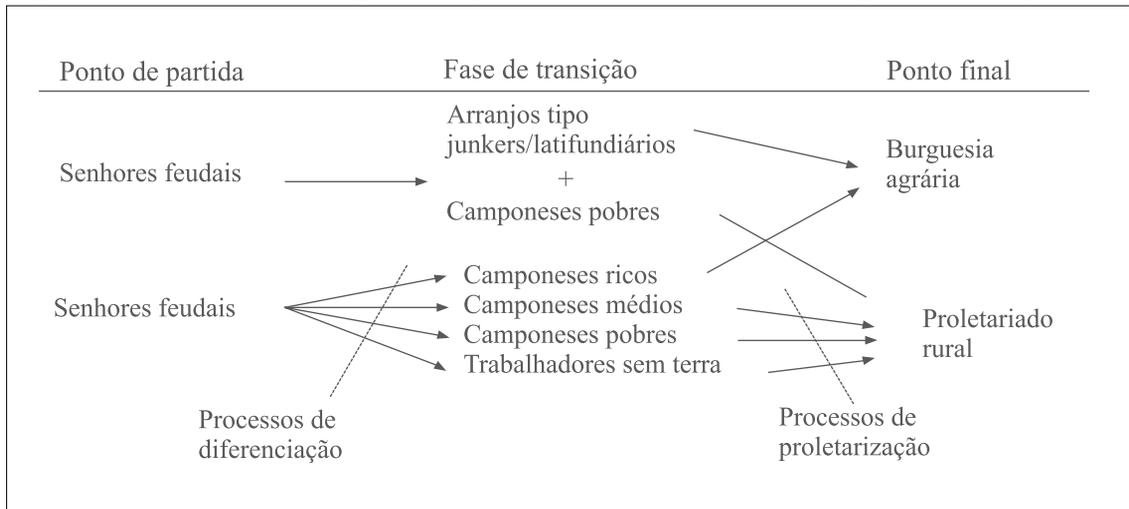
usura, o pagamento em trabalho, etc. Na realidade os verdadeiros senhores da aldeia (...) são os agiotas rurais e os proprietários de terras vizinhos.” (Lênin, 1974: 174, tradução minha, FAC).

Por seu turno, mesmo considerando decisivo o peso das mesmas relações macrosistêmicas, Kautsky (1978) aponta, na Alemanha do seu tempo, para arranjos consistentes que combinam camponeses pobres com grandes unidades de produção, atribuindo significado destacado às relações mais imediatas dos camponeses com o sistema envolvente. As relações locais, mesosistêmicas, que observa e trata esse autor, dariam corpo à taxa m na relação (1.12) como síntese de relações mais abrangentes que as determinantes da taxa de lucro do capital mercantil. Tais relações, em Kautsky, abarcam uma gama do que a ciência econômica atualmente trataria como custos de transação (Willianson, 1985), os quais seriam impostos por relações assimétricas a tudo que os camponeses compram e vendem: tanto produtos finais e trabalho, quanto meios fundamentais de produção, incluindo a terra.

No curso do que analisou como processo muito particular de industrialização da agricultura, Kautsky assinalava que a penetração irregular de capacidade técnica na agricultura, resultante do peso da natureza na definição da diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção, levava a uma demanda correspondentemente irregular de trabalho por parte das grandes unidades de produção em afirmação a partir dos domínios *junker*, na Prússia. Com isso se explicariam os arranjos que permitiam o uso intermitente da força de trabalho dos camponeses, a um custo rebaixado por premência e necessidade – pobreza e autoexploração. Tal conformação retardaria, sem impedir, todavia, a substituição final dos camponeses por empresas capitalistas, aqueles vencidos pelo impacto, no mercado, das capacidades cumulativamente crescentes dessas últimas. Tal como previra Marx, aliás.

Lênin, acrescentando os resultados de Kautsky aos seus, produziu uma unificação que influenciou de modo profundo a perspectiva marxista do desenvolvimento agrário sob o capitalismo e, nela, a visão da trajetória camponesa. Segundo o seu ponto de vista (Lênin, 1978: 239-244), existem duas vias de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, as duas levando ao mesmo resultado: a formação polar básica de uma burguesia agrária com um proletariado rural.

A primeira, a *via prussiana*, parte da estrutura feudal transformada pela burguesia *junker* (latifundiária) em grandes empresas capitalistas, seguindo roteiro e evolução observados por Kautsky. A segunda, originada em um campesinato indiferenciado, pois sem relações senhoriais, como parte do russo e todo o americano, resultaria do processo de diferenciação inexorável sob o peso das relações com o mercado capitalista. Como já mencionado, a dinâmica distinguiria os camponeses ricos, os quais, cada vez mais ricos, acresceriam a burguesia agrária, ao lado dos empresários do tipo *junker*, latifundiários. Os camponeses médios e pobres, juntamente com os trabalhadores rurais sem terra, constituiriam, junto com os camponeses pobres destituídos dos arranjos do tipo *junker*, o proletariado rural do capitalismo mundial (ver Figura 1.1).

Figura 1.1 – Modelo de Lênin para as trajetórias de desenvolvimento do capitalismo na agricultura

Fonte: Djurfeld, 1982: 149. Modificações nossas

CAPÍTULO 2

DA FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICO-ESTRUTURAL CLÁSSICA DA QUESTÃO AGRÁRIA À ECONOMIA POLÍTICA DA PRESENÇA CAMPONESA EM MEADOS DO SÉCULO XX

Para a economia política marxista, noções como *produtividade*, *preço* e *lucro*, operantes na relação (1.12) e fundamentais para as conclusões nela baseadas, só são completamente compreensivas em relação com outras categorias do seu corpo teórico, em particular com o *hard core* dos fundamentos essenciais expressos nas categorias de *composição orgânica do capital*, *valor* e *mais-valia*. Essa última deriva diretamente da categoria *força de trabalho* que, assim, tem lugar central na teoria. A *força de trabalho* será, também, a categoria de referência quando, nessa tradição, se refletirá sobre *agricultura e camponeses*.

2-1. Noções seminais

Força de trabalho, para a economia política marxista, é capacidade de trabalho que entra no processo produtivo em forma de mercadoria, com os atributos de *valor de uso* (capacidade de produzir valor-trabalho) e *valor de troca* (conteúdo de valor formado na sua produção). Capacidade alienável pelo seu proprietário, o trabalhador direto, a *força de trabalho* será adquirida mediante contrato que estabelece o direito de uso (consumo) do comprador, por um tempo delimitado pela *jornada de trabalho*. Por esse direito pagará o preço de mercado

que, se tudo está em equilíbrio, corresponderá ao seu valor. Da diferença entre o *valor da mercadoria força de trabalho* e o *valor que ela é compelida a produzir* no tempo da *jornada de trabalho* se gesta o excedente em forma de *mais-valia* que substancia o *lucro*.

A gestão do uso da força de trabalho ao longo da jornada de trabalho, que se faz em *marco institucional estabelecido*, tem finalidades incontornáveis na perspectiva da razão capitalista. Uma é que, antes de completar a jornada de trabalho estabelecida (antes de consumir toda a força de trabalho comprada), o gestor do processo produtivo consiga a produção de um montante de mercadorias cujo valor seja igual ao valor da força de trabalho por ele contratada. Pois, somente a partir daí, até o final da jornada, é que se produzirá o conteúdo de valor excedente, pressuposto incontornável do lucro. A outra é a de que a diferença entre o tempo contratado e o tempo necessário para a equivalência seja máxima.

A premissa – de que não basta obter trabalho excedente, requer-se, ademais, que essa *mais-valia* seja máxima – tem determinantes objetivos: não se explica como derivação de mera subjetividade organizada em preferências, como supõe, como se verá adiante (Capítulo 3), a tradição neoclássica. Esta é questão teórica central e resulta da compreensão de que entre a obtenção de *mais-valia* em nível privado e sua conversão em lucro, há uma série de mediações macrosistêmicas que fazem da passagem de uma condição à outra, trajeto de constrangimentos, por vezes acidentado de modo a tornar imprevisível o ponto de chegada.

Nas próximas seções, assim como na introdução acima, desenvolvemos argumentos que resultam de nossa leitura e compreensão de enunciados de Marx. Assim que as seções 2-2 e 2-3 apelam a um longo trajeto de leitura em *O Capital* que passa pelos capítulos V, X e XVII do Livro I e pelos capítulos I, II e IV do Livro III. A seção 2-4 refere-se a noções adicionais tratadas nos capítulos VIII, IX, X e XVI do Livro III e nos capítulos XX e XXI do Livro II. Feita a ressalva, não faremos citações pontuais. Ademais, em diferentes momentos aportamos percepções de tempo (“ex-post”, “ex-ante”; “tempo t”, etc.), comportamentos (“posturas” “convergentes” ou “divergentes” com a “razão” capitalista) e contextos presente (“de incerteza”, “tudo mais constante”, “rotina”) e futuro (“expectativa”, “esperança”) que não são encontradas no texto de Marx, apesar de serem com ele, em nossa opinião, completamente compatíveis.

2-2. Premissa de estruturação da produção capitalista – a realização de excedente em forma de lucro

O todo da argumentação de Marx nos permite considerar que cada rotação de uma parcela individual do capital – isto é, o circuito que vai do adiantamento de capital para adquirir os pressupostos da produção até a realização de lucro com a venda das mercadorias produzidas – se faz em tempos distintos. Três são os tempos que intercalam a realização de excedente obtido na forma de *mais-valia* e a transformação dessa *mais-valia* em *lucro*. Em cada um desses momentos afirmam-se contextos distintos, não obstante combinados: o tempo t, que corresponde ao tempo

de realização da produção no âmbito privado, no qual se formam os montantes de *valor* e, nesses, a *mais-valia* com base na qual a parcela individual do capital se habilitará ao lucro; o tempo $t+n$, posterior a t , pois $n>0$, corresponde ao tempo da afirmação sobre o cálculo privado da tendência à formação de uma *taxa média de lucro*, levando à formação do *preço de produção*; por fim, um tempo $t+n'$, posterior a $t+n$, dado que $n'>n$, em que se forma o *preço de mercado*.

I: Esfera Privada – Processo Produtivo:

$$C_t + V_t + M_t = W_t = w_t \cdot Q_t \quad (2.1)$$

II: Esfera Social – Taxa Média de Lucro:

$$C_t + V_t + M_{t+n} = W_{t+n} = w_{t+n} \cdot Q_t \quad (2.2)$$

III: Esfera Social – Preço de Mercado:

$$C_t + V_t + M_{t+n'} = W_{t+n'} = w_{t+n'} \cdot Q_t \quad (2.3)$$

Um processo produtivo que combina meios de produção de valor C_t e força de trabalho em valor V_t , obtém uma quantidade Q_t de produtos no tempo t . No cálculo privado, na produção estaria contida uma *mais-valia* M_t presumida por diferença entre W_t (C_t+V_t). Obtida por uma combinação técnica entre trabalho e meios de produção expressa na *composição orgânica do capital* $k_t = C_t/V_t$ que tornou possível a *taxa de exploração* ou *taxa de mais-valia* $m_t = M_t/V_t$, a *mais-valia* M_t estocada na forma de mercadorias no final do processo é a base sobre a qual se estabelece uma *esperança de lucro*² em proporção $l_t = M_t/(C_t+V_t)$ do capital adiantado. Tudo mediante as condições do tempo da produção, em que o valor de Q seria w_t . Ocorre que tal presunção ou expectativa de lucro, l_t , terá que ser corroborada em um tempo pós-produção, por dois processos macrosistêmicos que articulam as esferas privada e social, da produção e da reprodução.

No primeiro, afirma-se a *taxa média de lucro* da economia (l^*), sistemicamente estabelecida pela concorrência intercapitalista, tanto mais efetiva, quanto mais madura e consolidada uma sociedade sob a égide capitalista (isto é, quanto mais ajustada a sua institucionalidade para os propósitos e necessidades da economia que lhe é subjacente: o econômico, na hermenêutica marxista, é determinante de última instância). Uma vez afirmada tal regulação e se não há desajustes entre necessidades e disponibilidades sociais de Q , a *mais-valia* realmente apropriada será o resultado da imputação da *taxa média de lucro* de todo o sistema ao capital adiantado pela parcela individual do capital no processo produtivo ($M_{t+n} = l^* \cdot (C_t+V_t)$). A esse, que denomina processo de transformação do *valor* em *preço (de produção)*, Marx atribui o ajustamento que produz a “justiça do capital”: uma (re)distribuição

² Esta categoria (o lucro como esperança, como expectativa) não é acionada em nenhum momento por Marx. A noção, porém, torna clara a perspectiva marxista de que a busca por *mais-valia* é compulsiva, tensa, inexorável. As noções de incerteza e expectativa, que junto aqui na noção de “esperança”, só serão desenvolvidas plenamente a partir de Keynes.

do total do excedente gerado proporcionalmente aos capitais adiantados pelas parcelas individuais de capital. A redistribuição forçada pela concorrência entre os capitais, visando as melhores oportunidades de ganho nos diferentes ramos ou setores produtivos, fazendo-os avançar sobre aqueles com taxa acima e fugir daqueles com taxa abaixo da de lucro médio, impõe regras de ferro às parcelas de capital: ao final, favorece os capitais, ou grupos de capitais que conformam setores e ramos da produção com *composição orgânica do capital* acima da média, do que deriva *produtividade* correspondentemente acima da média, e pune aqueles em posição simétrica, transferindo valor contido na M_t dos primeiros, que passarão a contar com $M_{t+n} < M_t$, para formar a $M_{t+n} > M_t$ dos últimos. Somente para os capitais em condições médias é que $M_{t+n} = M_t$. O valor da produção realizada será, nessas condições, W_{t+n} , e o preço de produção de Q_t será uma derivação, tal que $w_{t+n} = W_{t+n}/Q_t$.

O segundo processo macrosistêmico que submete a esfera privada da produção à esfera da reprodução social é o que ocorre na transformação do *preço de produção* em *preço de mercado*. O preço de produção w_{t+n} , anotado nas etiquetas das mercadorias em estoque no montante Q_t , será submetido ao julgamento da necessidade social transformada em *poder de compra* (demanda de Q : reserva de valor em poder do público destinada à aquisição de Q , na tradição da economia política marxista). Dado que não há coordenação no mercado que permita ajuste *a priori*, Q_t tanto pode ser contribuição excessiva quanto insuficiente à demanda que lhe corresponde: quando excessiva a oferta, o poder de compra só permitirá um preço de mercado w'_{t+n} menor que o preço de produção w_{t+n} ; quando insuficiente se inverte o sinal de desigualdade: $w'_{t+n} > w_{t+n}$. Circunstâncias que levam o *preço de mercado* a se situar abaixo do *preço de produção* atingem de modos distintos os diferentes capitais individuais que produzem Q , a depender, mais uma vez, da sua posição no conjunto, no que se refere aos fundamentos produtivos que determinam a produtividade: os capitais de *composições orgânicas* inferiores, pois abaixo da média, veem seu M'_{t+n} esvair, tanto mais, quanto mais baixas situem-se suas produtividades em relação à média.

2-3. Pressuposto da reprodução sob o capitalismo – atitudes convergentes com as necessidades das estruturas orientadas à realização de I-seucro

Sob o peso de tais determinações, dos gestores das unidades de capital se esperam atitudes *ex-ante*, *pari passu* e *ex-post* da *produção* para que se corrijam os desequilíbrios que atribulam a *reprodução* (do capital, primeiro; da sociedade, em seguida). *Ex-ante* da produção se esperam planejamento (técnico e logístico) e providências para que os meios necessários para uma produção fluente e compatível com as exigências de lucro sejam adquiridos. *Ex-post* da produção, se M'_{t+n} tende a zero, espera-se que abandone a produção de Q ; se $M'_{t+n} < M_{t+n}$, antes que se inicie o novo circuito, espera-se que busque atingir condições médias de composição orgânica do capital

e, por essa via, de médias de produtividade. Em ambos os casos restauram-se condições para que M'_{t+n} convirja para M_{t+n} . Sem isso, a parcela individual do capital será duplamente penalizada quando da sua socialização: no plano da relação interna ao seu ramo ou setor produtivo e no plano da relação com o resto da economia. *Pari passu* ao processo produtivo espera-se da gestão (o capitalista ou a estrutura tecnoburocrática que o substitui e representa) que siga dois princípios aprendidos no processo de transformação da *mais-valia* em *lucro*, os quais a prática social finda por internalizar na ciência da administração. Primeiro, se é certo que nada garante que M_t se igualará a M_{t+n} , é correto igualmente que não haverá M'_{t+n} se não houver M_t : não haverá *lucro* se não houver *mais-valia*. Segundo, M'_{t+n} é diferente, porém diretamente proporcional a M_t : a *mais-valia* não é lucro, mas esperança de lucro, de vez que, tanto maior aquela, maior a probabilidade que se realize este último em proporções aceitáveis (em torno da taxa média de lucro).

Dado que a obtenção de mais-mais resulta do consumo da força de trabalho, é na gestão do processo produtivo, em que tal consumo realiza-se, que a esperança de lucro é resguardada. Para tanto, se faz necessária atitude que corrobore insistentemente com a necessidade de:

$$(C_t + V_t) / Q_t < w_t \Rightarrow \left(\frac{C_t}{Q_t} + \frac{V_t}{Q_t} \right) < w_t \Rightarrow c_t + v_t < w_t \quad (2.4)$$

Isto é, que se administre o processo produtivo, reconhecendo que, sendo c constante em Q_t e $m_t = w_t - (c_t + v_t)$, então máximo m_t exige mínimo v_t , o que leva a máxima m_t/v_t . Reencontramos aqui, observando o núcleo de valor de cada célula da produção de Q , a taxa de exploração mediante a qual se forma a base do lucro. Ela nos informa que minimizar v é a questão central com que se defronta a gestão do processo produtivo orientado à realização de lucro. Como? A resposta é única: ampliando Q , a única variável relevante nesse contexto que está sob controle da gestão privada.

Considerando:

$$Q_t = J.I.n \quad (2.5)$$

onde

J: Número de horas trabalhadas por dia (jornada de trabalho)

I: Número de unidades de Q trabalhadas por hora então e

N: Número de trabalhadores, então

$$\frac{V_t}{\text{Max}(J_t, I_t, n_t)} = \text{Min}(v_t) \quad (2.6)$$

O controle capitalista do processo produtivo exige uma postura decisória que visa a, diuturnamente, minimizar v_t – conteúdo de trabalho de cada unidade de mercadoria - como *forma de resguardar a esperança do lucro*. Eis o sentido da categoria produtividade do trabalho na perspectiva marxista: a capacidade de cada unidade de força de trabalho produzir Q (visto de

outro ângulo, a quantidade de Q atribuível a cada unidade de n trabalhadores) em nível compatível com taxas de exploração que resguardem a esperança de lucro. Formalmente, os termos da produtividade podem ser diretamente observados nas igualdades:

$$J.I = (V/(v.n)) = Q/n. \quad (2.7)$$

Para valor da força de trabalho, V , relativa a n trabalhadores, ambos constantes, variações da produtividade ao longo do tempo podem ser observadas como segue:

$$dv^{-1} = dw^{-1} = dQ = dJ + dI \quad (2.8)$$

As variações na produtividade (v^{-1}) refletem-se diretamente em variações no valor da mercadoria (w^{-1}), resultando nas variações na quantidade de produtos (dQ) derivadas de variações na jornada de trabalho (dJ) e na intensidade de aplicação do trabalho (dI).

São dois, pois, os fundamentos da produtividade: a extensão da jornada de trabalho e a intensidade do uso da força de trabalho.

Com base no primeiro desses fundamentos, a gestão privada do processo produtivo procura estender a *jornada de trabalho* tão longe quanto possível do tempo necessário à produção do equivalente de valor da *força de trabalho*, como já mencionamos. Os métodos empregados com esse propósito são *extensivos* na obtenção de tempo de trabalho excedente. Quando correlatas as combinações técnicas e composições orgânicas do capital constantes (k , a composição orgânica do capital, cresce porque V reduz relativamente a C), tais métodos tornam-se fonte exclusiva de mais-valia. Obter-se-ia daí *mais-valia absoluta*, um tipo particular de excedente transformável em lucro que apresenta limites físicos e sociais imediatos – no primeiro caso, porque não se pode ampliá-la indefinidamente, dado o teto natural estabelecido pelo tempo de um dia, de um mês, de um ano; no segundo, porque forçar a aproximação dessas fronteiras implica tensões crescentes no quadro das contradições subjacentes à institucionalidade que tende a se afirmar com o modo de produção.

Mobilizando o segundo fundamento, a gestão privada do processo produtivo procura reduzir, no interior da jornada de trabalho, o tempo necessário para que ocorra a equivalência entre o valor produzido pela, e o valor contido na, força de trabalho. Nesse caso, trata-se de *métodos intensivos* de obtenção do tempo excedente. Diferentemente da situação anterior, agora há um domínio do processo produtivo a permitir mudanças na operação do trabalho que distanciam do limite final, e aproximam do início da jornada, o tempo de equiparação entre produto e valor da força de trabalho. Os métodos para tanto são baseados em mudanças nas combinações técnicas que levam à intensificação do trabalho no tempo – por compressão de um máximo de atividade por unidade de tempo – associadas ao crescimento de k (composição orgânica do capital) por incrementos relativamente maiores de C frente a V . A compressão do tempo segue duas trilhas: a redução do tempo de trabalho (o tempo necessário para a realização de cada operação) e a redução de tempo de

produção (o tempo necessário para a realização do conjunto de operações que compõem o processo produtivo). O excedente aí gerado constituiria *mais-valia relativa*, uma fonte de lucro que não apresenta limites imediatos, tendo seus termos definidos no plano macrosistêmico.

2-4. Modo de produção, reprodução capitalista e história

As tensões promovidas pelas parcelas individuais de capital sobre a produtividade, como forma de manter ou ampliar suas condições particulares de formação de mais-valia e lucro, materializam-se como ações de agentes que, desde o cotidiano da produção, até as estratégias de maior alcance, buscam alçar as estruturas que os circunscrevem a novas posições nos respectivos ramos de produção. Como resultado, ocorre um incessante movimento no qual os capitais abaixo da média se esforçam para dela se aproximar, enquanto os acima da média se empenham em dela se distanciar.

Ocorre que, se pelo menos uma dessas parcelas logra o propósito, a média que é, para ela como para as demais, a referência, se altera, tanto mais, quanto maior for seu peso no capital total aplicado à produção daquele ramo ou setor. A cada movimento bem sucedido de uma parcela, refazem-se as condições para o conjunto. Como regra geral, se re-posicionarão positivamente aquelas parcelas que consigam fazer crescer suas produtividades e composições orgânicas do capital subjacentes a taxas maiores que a média do conjunto; negativamente, as que evoluem com velocidade inferior à média. Agregadamente, as alterações das posições relativas das que tiveram sucesso tornam mais duras as condições para o conjunto, agora regulados por média maior de k , a composição orgânica do capital, e menor w , o valor médio socialmente necessário da mercadoria objeto da atuação de todos.

Se alteraram-se as condições de produção e rentabilidade em qualquer dos ramos produtivos, alterar-se-ão, em consequência, as referências em relação às quais se forma a taxa média de lucro: do ramo produtivo, propagam-se para todo o sistema os *efeitos acumulados das atitudes individuais* que perseguem, no incremento da produtividade, o fundamento objetivo do lucro provável – a geração da mais-valia como esperança de lucro.

De modo que o objetivo privado do lucro força a recriação contínua das condições privadas de exploração mediada pelas técnicas expressas na composição orgânica do capital. Com

efeito, se sabemos que $m' = \frac{M}{V}$ e $l' = \frac{M}{C+V}$, encontrando o valor de M em m' e substituindo

em l' chegamos a:

$$l' = \frac{M}{V} \cdot \frac{1}{\frac{C}{V} + 1} \quad (2.9)$$

e, finalmente, a

$$l' = m' \cdot \frac{1}{k+1} \quad (2.10)$$

A taxa de lucro l' depende da taxa de exploração m' multiplicada por um fator menor que 1, tanto menor, quanto maior k . As condições dinâmicas do lucro estão expostas em 2.11a a 2.11c.

$$dl' = dm' - dk \Rightarrow \begin{cases} dl' = 0 \Rightarrow dk = dm' \Rightarrow dC = dM & (2.11a) \\ dl' > 0 \Rightarrow dk > dm' \Rightarrow dC > dM & (2.11b) \\ dl' < 0 \Rightarrow dk < dm' \Rightarrow dC < dM & (2.11c) \end{cases}$$

Esses resultados permitem considerações diversas. Para que l' cresça, é necessário que as mudanças que se verificam na composição orgânica no capital, k , produzam um efeito mais que proporcional na taxa de exploração, m' – mais precisamente, que M cresça em velocidade maior que C : lucros crescentes exigem produtividade crescente. Produtividade decrescente tal que variações em k , através de C , resultam em incrementos em proporções menores de m' , por M , leva a taxas de lucros decrescentes; se incrementos em k implicam crescimento equivalente de m' , então l' se manterá.

No correr de um tempo longo, k tende a crescer contínua e inexoravelmente; m' , todavia, por razões sistêmicas ou por rearranjos institucionais mostra-se oscilante; se a tendência resultante for uma das três – m' decrescente, constante ou crescente, porém em ritmo menor que k' –, entre as quatro possibilidades lógicas possíveis, a taxa de lucro médio (l') cairá inapelavelmente ao longo de tempo. Com ela, enunciada por Marx como lei de movimento do modo de produção, tende a entrar em crise a razão central de todo o sistema.

2-5. As particularidades da agricultura frente às determinações estruturais e às atitudes que conformam o capitalismo

Quais são as implicações desse conjunto de determinações sobre a agricultura? Há particularidades nesse setor que confrontam os requisitos sistêmicos do capitalismo? Interferem, tais particularidades, na história sob a égide do capital? Como, aí, se situam os camponeses?

Respondendo essas questões, Marx e os marxistas clássicos diriam o seguinte:

1) Tome-se o que se apresentou nas seções anteriores como uma assertiva geral: qualquer estrutura, capitalista ou não capitalista, sucumbirá à tensão da *lei do valor sob a concorrência capitalista*, se não tiver fôlego para acompanhar a compulsiva corrida pelas condições que permitem acessar a mais-valia social. Se não garante o passo da produtividade com as condições médias, tenderá a sumir.

2) Na economia camponesa, ou dos pequenos produtores de mercadoria, como os tratou Marx em determinados contextos, a *força de trabalho* não opera na condição de mercadoria, com

regras contratuais de aquisição e consumo. Sem o limite da jornada de trabalho, como a medida do conteúdo “capacidade de trabalho”, o uso da força de trabalho de camponeses depende de regras moldadas pelo quadro das necessidades imediatas da reprodução dos envolvidos. Nada impede, pois, a sobre-exploração do trabalho como fato corriqueiro e estrutural da realidade dessas estruturas. Isso retarda, se não bloqueia, a aplicação de métodos baseados na extração de excedentes em forma de mais-valia relativa. Ao gestor do processo de trabalho faltaria a *tensão diretora* da atitude – o constrangimento fundamental que *subordina a razão subjetiva às exigências objetivas da estrutura* – que durante o processo de trabalho promoveria a contínua evolução das condições de produção e produtividade: na produção camponesa não há um equivalente aos constrangimentos institucionais que orientam, *ex-ante* e durante, o processo de produção capitalista.

3) Independente da presença camponesa, a produtividade na agricultura tende a ser defasada em relação à indústria, de modo que na relação (1.12) τ é “naturalmente” crescente. Na base desse pressuposto, está a noção de que há obstáculos, ou diferenças a considerar na agricultura, no que se refere às possibilidades de incremento na produtividade e ao crescimento associado da composição orgânica do capital. O rápido crescimento da produtividade nos setores industriais pressupõe certas facilidades de aplicação dos métodos baseados em cooperação e divisão do trabalho em trajetórias marcadas por alienação do trabalhador direto e homogeneidade das operações: o confinamento em áreas restritas, o emprego de fonte única de energia, etc. Isso garantiu a formação de sistemas de máquinas espacialmente fixos em que o trabalho vivo, na condição de trabalho genérico e abstrato, é aplicado à natureza morta. Na agricultura, a natureza codetermina as condições do trabalho: o abriga em espaços amplos, onde atua sempre como força concreta, viva, não transportável, com habilidades insubstituíveis que operam em tempo próprio. Isso impõe limites na igualação entre tempo de produção e tempo de trabalho, na utilização de meios de produção que configurem um sistema de máquinas e na homogeneização como fundamento de produtividade. Como consequência, uma composição orgânica do capital tendencialmente inferior ao que se verifica na indústria.

4) Camponeses concorrem até exaurir lucros e renda da terra, logo a relação de preços ρ , na relação (1.9) é inicialmente menor que 1 para $W_{MI} = W_{LC}$. Falta a esses gestores, assim, a atitude *ex-post* da produção que regularia a transformação do valor em preço de modo a garantir equivalência, uma vez que não se retiram do mercado, a não ser que em estágios avançados de comprometimento de V : os recursos que acessam como remuneração do trabalho.

5) Sem internalizar excedentes pela tesoura dos preços, que cortam a montante e a jusante da produção agrícola, os camponeses não teriam como acompanhar a produtividade média do setor, expressa no aumento de ω , e tenderiam a produzir com composições orgânicas do capital cada vez mais abaixo das condições médias.

6) As condições anteriores tornariam a oferta da produção camponesa rígida, forçando os preços dos produtos camponeses relativamente aos industriais (ρ crescente). São vistas duas possibilidades a partir daí:

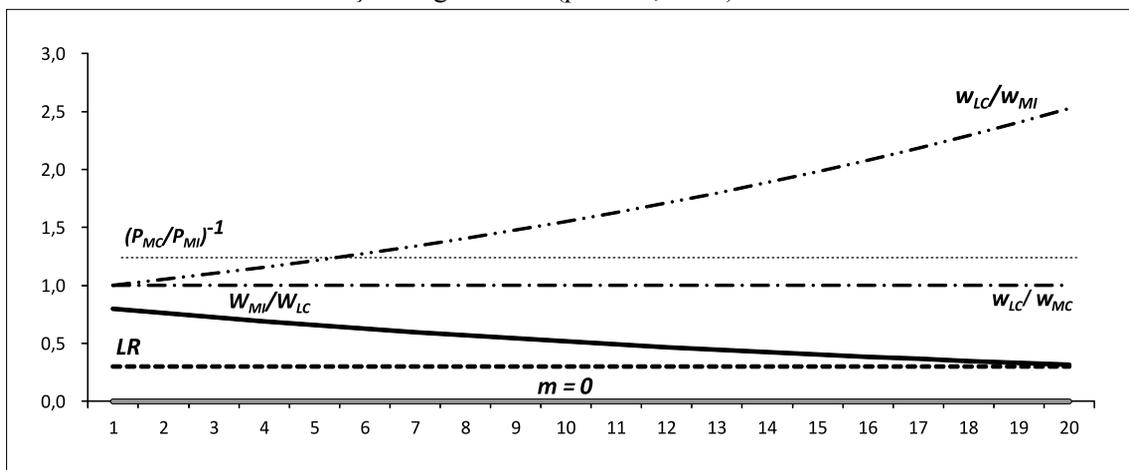
6.1) O capital mercantil e usurário absorveria o resultado da evolução dos preços, de modo que, na relação (1.12) m passa a ser determinado diretamente por ρ e/ou

6.2) O surgimento ou expansão da produção capitalista na agricultura que, abrigada sob o novo nível de preços, seria capaz de aumentar a produtividade média dos produtos agrícolas, ampliando ainda mais ω , agora por redução do denominador (o tempo de trabalho médio da produção agrícola com participação camponesa decrescente).

2-6. Agricultura e teleologia – as fases de ajustamento da agricultura ao capitalismo

Os clássicos da questão agrária deduziram, ademais, uma sequência dessas condições, distinguindo fases e resultados que presumiram inevitáveis. Na sequência de exercícios que segue exporemos a lógica de seus argumentos. O Gráfico 2.1 apresenta uma situação inicial, básica para o que segue, em que setores industriais capitalistas desenvolvem-se (sob o constrangimento da lei do valor) numa sociedade agrária de base camponesa, sem mediações locais ($m = 0$). A troca de valores estabelecida diretamente entre a indústria e a agricultura se faria por τ crescente (presumimos, na figura, uma taxa de 5% por período) para produtividade constante na agricultura ($\omega=1$). A relação dos preços seria desfavorável à agricultura ($\rho < 1$), porém constante ($\rho = 0,8$). Já nessas condições simplificadas, em torno do 20º período o valor retido pelos camponeses atingiria o nível crítico, limite de sua reprodução (LR) (aqui estabelecido ao nível $H = W_{MI}/W_{LC} = 0,3$, significando que para cada 1 de valor da produção agrícola os camponeses adquirem 0,3 de produtos industriais).

Gráfico 2.1 – Evolução das condições de reprodução dos camponeses mediante produtividade crescente da indústria em relação à agricultura (por $\tau > 1$; $d\tau > 0$)



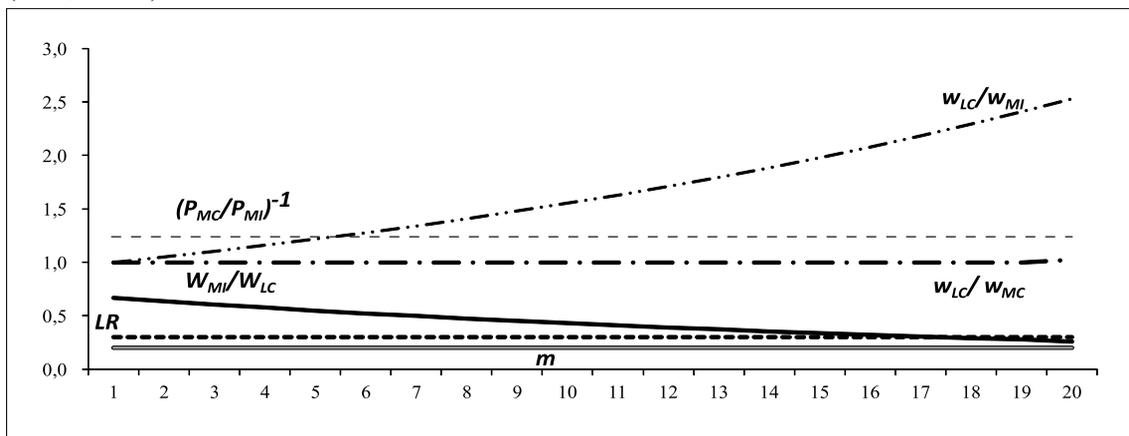
Fonte: Desenvolvimento do autor

Ao se acrescer, com a continuidade de tal relação, uma intermediação exógena à realidade camponesa, regulada a partir da concorrência já característica dos setores urbanos, cobrando uma taxa constante de $m = 20\%$, o ponto limite de reprodução dos camponeses (LR) seria antecipado para o 17º período (Gráfico 2.2).

Sob tais condições, a produção dos camponeses não cresceria no ritmo requerido pelas necessidades derivadas da dinâmica urbana sob impulso das transformações em andamento, levando a relação de preços ρ a um incremento aqui considerado de 2,5% a cada período. Estabelecida tal realidade, abrem-se oportunidades para a formação de intermediações mais orgânicas ao mundo rural, endógenas à realidade camponesa como seu principal fundamento, conformando-se, ou sobre parte do campesinato que enriquece (o caso dos *gulacks* russos), ou a partir da aristocracia latifundiária (o caso *junker* prussiano). Forma-se o contexto, então, que permite a administração de m de acordo com as circunstâncias de ρ , podendo os ganhos associados ao incremento desta última serem completamente absorvidos nas variações da primeira. De modo que, mesmo com os preços de seus produtos crescendo, se manteria a tendência do sistema de romper os limites da reprodução (LR) dos camponeses (ver Gráfico 2.3).

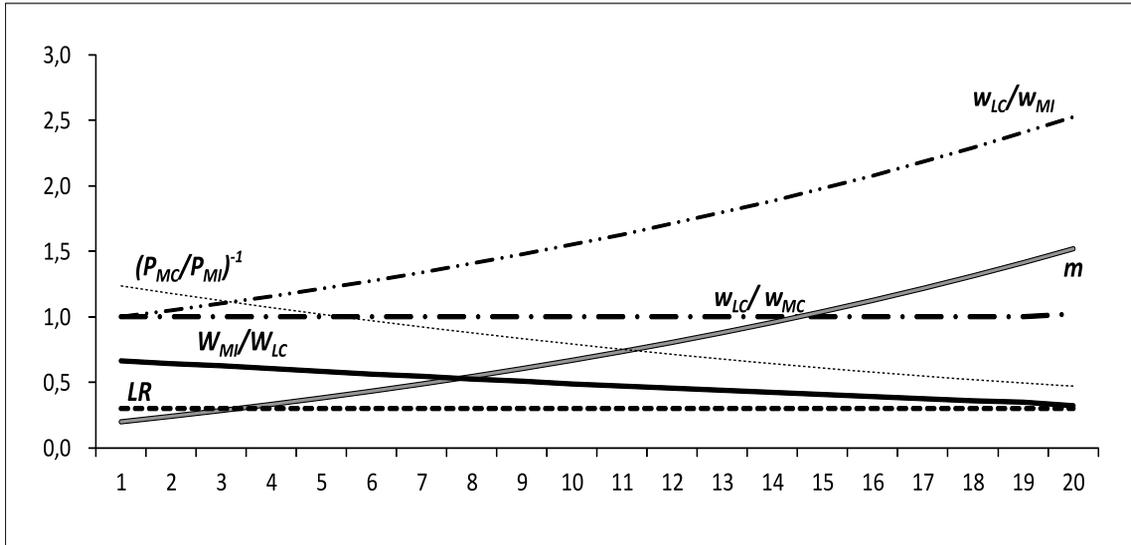
O que seria agilizado pela circunstância de que o crescimento de ρ permite a formação de uma agricultura capitalista – gerida seja por camponeses ricos ou por aristocratas latifundiários, uns e outros transformados em empresários rurais que atuariam agora de modo a elevar a produtividade média e, portanto, ω (ver Figura 2.4). Este corresponderia à síntese final do andamento que validaria a expectativa da inexorável derrocada camponesa, no quadro de um desenvolvimento do capitalismo na agricultura que seguiria padrões similares aos da indústria, marcado por concentração e centralização crescentes da produção em grandes unidades empresariais.

Gráfico 2.2 – Evolução das condições de reprodução dos camponeses mediante produtividade crescente da indústria em relação à agricultura (por $\tau > 1$; $d\tau > 0$), com mediação exógena do capital mercantil ($m > 0$; $dm = 0$)



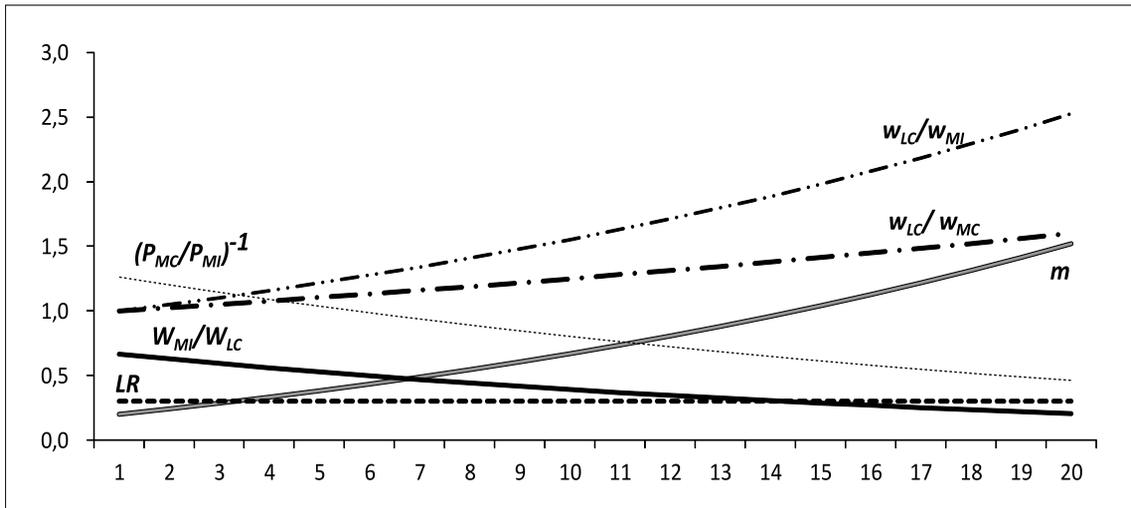
Fonte: Desenvolvimento do autor

Gráfico 2.3 – Evolução das condições de reprodução dos camponeses mediante produtividade crescente da indústria em relação à agricultura (por $\tau > 1$; $d\tau > 0$), crescimento relativo dos preços agrícolas ($dp > 0$) com mediação endógena do capital mercantil ($m > 0$; $dm > 0$; $dm = dp$)



Fonte: Desenvolvimento do autor

Gráfico 2.4 – Evolução das condições de reprodução dos camponeses mediante produtividade crescente da indústria em relação à agricultura (por $\tau > 1$; $d\tau > 0$), crescimento relativo dos preços agrícolas ($dp > 0$) com mediação endógena do capital mercantil ($m > 0$; $dm > 0$; $dm = dp$) e concorrência com a produção capitalista na agricultura ($\omega > 1$; $d\omega > 0$)



Fonte: Desenvolvimento do autor

2-7. Agricultura e história – a economia política da presença camponesa nas economias industriais

Nos anos sessenta e setenta, passados mais de três quartos de século desde as obras dos clássicos marxistas sobre a questão agrária, mantinham-se irrealizadas suas previsões, tanto no centro, como na periferia do sistema capitalista, ensejando um aceso debate sobre razões e significados.

O quadro era complexo. O contexto mundial do período, marcado pela descolonização da África e do oriente e pela polarização crescente entre os blocos de países capitalistas e comunistas, ampliava o foco das atenções sobre os fundamentos do atraso e da pobreza que caracterizavam (e ainda caracterizam) muitas sociedades contemporâneas e sobre as vias de erradicação desses traços por projetos de modernização e desenvolvimento, capitalistas ou comunistas (Kay, 1977).

Ao mesmo tempo, no contexto dessa polarização, assiste-se a uma fase expansiva das economias capitalistas no âmbito do que a *Escola da Regulação Francesa* teorizou como fase ou padrão de acumulação fordista, cuja evolução ancorava-se sobre a relação dinâmica entre produção e consumo de massa de bens industriais de consumo durável. Do lado da produção, assistia-se ao aprofundamento da divisão e intensificação do trabalho pela produção em série e pela automatização eletro-mecânica; do lado da demanda o consumo acelera-se pelo efeito combinado do sindicalismo reivindicativo, pela extensão do estado do bem-estar e pela ampliação do crédito de consumo (Boyer, 1993: 83). Nesse contexto, se procurou demonstrar, contrariando a “concepção fundamentalista do marxismo”, uma “... compatibilidade da progressão entre salário real e do emprego com a progressão da taxa de lucro, no nível global da macroeconomia” – que explicaria o “...modo de crescimento sem choques nem conflitos, repousando num sistema de conciliação, de ajustes dos interesses apresentados até então em seu antagonismo irreduzível, entre capitalistas e assalariados” (Michel Aglietta, apud Dosse, 1993: 324).

Importante anotar que, precisamente, na evolução virtuosa desse padrão de acumulação tornou-se evidente que as grandes hipóteses dos clássicos marxistas para a agricultura não se realizaram (Harris, 1982: 119). Ao invés disso, o que marcava o padrão era a generalidade de estruturas familiares na produção rural em todos os países industriais (Veiga, 1991).

Procurou-se esclarecer a situação em termos de uma *funcionalidade duradoura* da presença camponesa para a acumulação urbano-industrial, não obstante contraditória e baseada em exploração, por conta do seu papel no barateamento dos gêneros alimentícios e de matérias-primas de origem agrícola. Dois efeitos foram realçados: a redução do valor da componente da massa salarial determinada pelas necessidades alimentares, a qual, para uma perspectiva, digamos, *main stream* do marxismo, tendia a se tornar teto tendencialmente decrescente do capital variável (V), liberando mais-valor (M) para substanciar lucros, contra-arrestando sua tendência à queda (Mann e Dickinson, 1978; Vergopoulos, 1978).

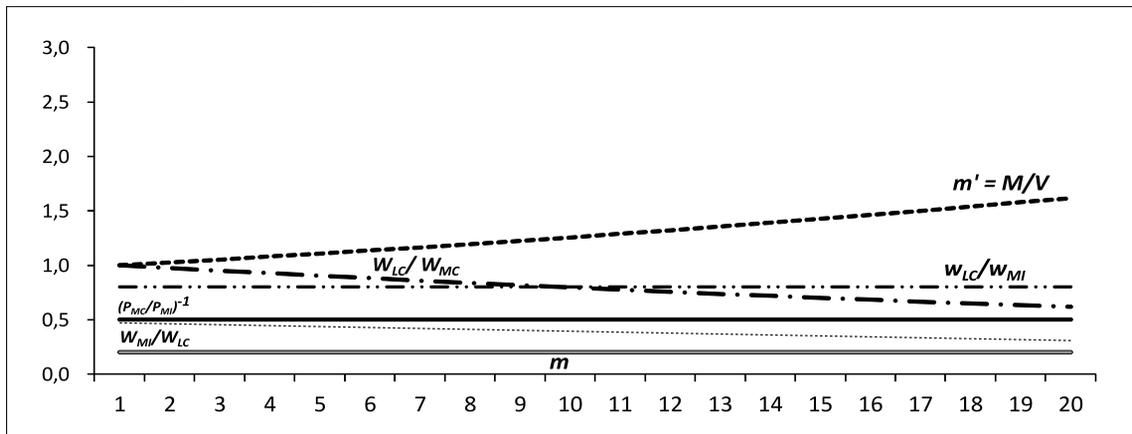
Na perspectiva regulacionista, a parcela da massa salarial liberada pelo barateamento dos alimentos compunha uma proporção tendencialmente crescente dos salários a fundamentar o consumo de bens duráveis, objeto da expansão industrial fordista em andamento. O que aconteceu ao

lado do crescimento concomitante da capacidade de consumo dos próprios produtores de alimentos, os camponeses (Servolin, 1972). A compatibilidade entre salário real e taxa de lucro combinava-se com compatibilidade equivalente entre camponeses e capitalismo, no mesmo quadro teórico da regulação.

Em qualquer dos casos, nos países desenvolvidos, a relação entre os camponeses e os setores industriais e financeiros se fez de modo a cumprir condições bem diferentes daquelas presumidas antes por Marx e corroboradas por seus seguidores na passagem do século XX.

Para o que se tem verificado empiricamente, as seguintes condições se fazem necessárias: 1) A mediação do capital mercantil tornou-se subordinada ao capital industrial e o acesso à terra garantido, de modo que m não é decisivo e pode ser considerado estável (no exercício do Gráfico 2.5, modelamos com 20%); 2) A relação entre a produtividade física da agricultura e da indústria tende a ser favorável a esta última, mas pode ser relativamente estável por tempo relevante (no exercício, $\tau = 0,8$); 3) A produtividade da produção camponesa é crescente em relação à média dos ramos produtivos de que participa e, portanto, ω decrescente; 4) A relação W_{MI}/W_{LC} é, persistentemente, menor que 1, tendendo, todavia, a se estabelecer em torno de um nível em que W_{MI} é equivalente ao *salário real médio* da economia como um todo e 5) os preços dos produtos camponeses reduzem relativamente aos preços industriais (ρ reduz e conseqüentemente seu inverso, ρ^{-1} , aumenta), o que constitui, por um lado, uma barreira à produção capitalista na agricultura; por outro, fonte de incremento da relação $m' = M/V$, a taxa de exploração dos setores urbanos e industriais (ver Gráfico 2.5), e, assim, fonte de contenção da tendência à queda da taxa média de lucro da economia como um todo (explicitada na relação 2.10).

Gráfico 2.5 – Evolução das condições de reprodução dos camponeses mediante produtividade crescente pari-passu com a indústria (por $\tau=1$; $d\tau>0$), redução relativa dos preços agrícolas ($d\rho<0$) com mediação exógena do capital mercantil ($m>0$; $dm>0$; $dm=d\rho$) e dominância da produção camponesa na agricultura ($\omega=1$; $d\omega=0$)



Fonte: Desenvolvimento do autor

Crucial na tese, é o crescimento da produtividade na agricultura sobre bases camponesas que leva ao decréscimo de w_{LC} , invertendo o movimento classicamente previsto. Como, seria de indagar, a história real pôde subverter de tal modo a expectativa teórica tão bem estabelecida um século atrás?

As respostas apresentadas têm duas características: exogeneidade e unilateralidade dos condicionantes. As políticas de crédito e de desenvolvimento tecnológico, por exemplo, não previstas pelos clássicos marxistas, teriam sido o dado a alterar o quadro desde a perspectiva da indústria, independente de forças e disposições provindas da própria agricultura. Os agentes na agricultura, os camponeses em particular, seriam receptáculos passivos – por onde flui em *timing* próprio os fluxos *input-output* de produtos e matérias-primas industriais.

Assim, considerando uma capacidade total de trabalho dos camponeses constante em W_{LC} , reduções w_{LC} produziria uma oferta crescente de produtos $Q_{LC} = W_{LC}/w_{LC}$. Aqui, duas condicionantes fundamentais: se a oferta cresce mais rápido que a demanda no longo prazo, ter-se-iam os preços de Q decrescentes; se a queda nos preços compensa inversa e totalmente o aumento da produtividade, W_M/W_{LC} poderia permanecer *constante em nível de um salário real estável* para os camponeses (Gráfico 2.5), ao lado de uma participação decrescente do valor dos produtos camponeses na cesta de consumo dos trabalhadores urbanos. Por essa via, poderia estar garantida a transferência contínua de mais-trabalho dos camponeses para os setores industriais e esclarecida a razão de sua preservação: a *taxa de exploração* que fundamenta, agora em bases de *mais valia-relativa*, baseada em intensificação do trabalho, também do trabalho camponês na agricultura.

2-8. Agricultura e história – a economia política da presença camponesa nos países subdesenvolvidos

Enquanto se verificava uma funcionalidade dos camponeses nos países industriais a justificar sua presença e desenvolvimento (dependente e reflexivo), reconhecia-se em muitos países subdesenvolvidos da Ásia e da América Latina a permanência de um grande número de camponeses pobres, por vezes em situações em que pareciam ter dificuldades de suprir a si próprios, quando se observava a penúria das técnicas ou a falta de meios fundamentais, como a terra.

Para esclarecer tais fenômenos, desenvolveram-se argumentos em perspectiva marxista que se baseavam nas relações tensas e contraditórias que permitiam *exploração direta* para a “acumulação primitiva” de um capitalismo em desenvolvimento (Bernstein, 1982; Bhadoury, 1983; Diaz-Polanco, 1977). A relação entre camponeses e os setores capitalistas da sociedade se faria com a mediação ativa de um capital mercantil dominante, frequentemente fundido em relações de propriedade latifundiárias. Assim, por administração de m , poder-se-ia manter uma sucção de valor expressa por uma relação W_M/W_{LC} constante, ou crescente com a estagnação da produtividade. Em tal contexto, crescimento urbano implica crescimento de preços dos produtos agrícolas, elevando a capacidade de

acumulação mercantil, mas inibindo o fortalecimento de outras formas de capital. De modo que se observaria fenômeno inverso ao que se comentou sobre os países industriais.

Tendo esse raciocínio como pano de fundo, levantavam-se duas possibilidades: se os constrangimentos derivados dessa situação, internos (crise agrária) e externos (exigência de modernização por necessidades políticas no plano internacional), forçam a formação de capital industrial, ter-se-ia as bases de uma “acumulação primitiva” (para Marx (1985), a acumulação por um modo de produção que se afirma, de capacidades produzidas por um modo de produção que lhe é anterior, por ele superado) para a formação de um “capitalismo autoritário” (Velho, 1976) de “acumulação desarticulada” (DeJanvry, 1981); se tais constrangimentos não se fazem sentir, as condições de atraso tendem a se perpetuar, de modo que só uma alteração profunda, uma revolução nas relações sociais pré-capitalistas aí reinantes permitiria avanços. (Kay, 1977; Frank, 1977).

Em relação a essas realidades camponesas, desenvolveram-se também argumentos funcionalistas, no contexto das abordagens que Popkin (1979) analisou sob a designação de *economia moral*. Nessa perspectiva, o campesinato é tido como realidade exterior à sociedade capitalista, de natureza, mesmo, anticapitalista: “They [the moral economists] assume that peasants are anti-market, prefer common property to private, and dislike buying and selling.” (Popkin, 1979: 5).

Para a economia moral, realidades camponesas baseiam-se: a) em processos decisórios de nível micro fundados no princípio da “segurança antes de tudo” (ver subcap. 3-7), o qual estabelece como característica fundamental a aversão ao risco; b) na instituição representada pelas comunidades que provêm segurança às famílias, asseverando uma “renda mínima” (Scott, 1976); e c) na relação cliente-patrão entendida como “... um amplo, porém impreciso espectro de obrigações mútuas consistentes com a crença de que o patrão deve mostrar uma preocupação de quase-parente/paternal em resposta às necessidades de seu cliente e este uma quase-filial lealdade para com o patrão” (Lande, 1971).

2-9. Agricultura e história – os marxistas e a irrelevância camponesa sob o capitalismo

Considerados em conjunto, os argumentos apresentados, a presença camponesa seria parte da explicação tanto da modernização e adaptação da agricultura às necessidades de acumulação industrial, quanto do atraso dos países periféricos do capitalismo. Em um caso como no outro, operariam relações de exploração das formas camponesas de produção: intensivas na etapa fordista do capitalismo dos países industriais avançados, extensivas nos estágios de acumulação truncada no capitalismo da periferia do sistema mundial. Em todas as situações, as perspectivas teóricas colocam os camponeses em posições extraordinariamente subordinadas, movendo-se por determinações unilaterais, ou dos setores urbanos, via relações mediatas que revalidam os mecanismos macrosistêmicos em arranjos duradouros, ou dos agentes rurais que via relações imediatas e pessoais que conformam o ambiente institucional das realidades rurais, controlam os mecanismos de transação.

Essa convergência produz um resultado único: seja tratando-os como gestores de estruturas “modernas” ou “tradicionais”, em sociedades “avançadas” ou “atrasadas”, nega-se aos camponeses qualquer capacidade de determinação. A história da relação dos camponeses com o capitalismo “de vanguarda” ou “tardio” se resumiria a roteiros nos quais, aos primeiros, às suas vontades e razões, não competem papéis.

CAPÍTULO 3

O SUBJETIVISMO NEOCLÁSSICO, A ECONOMIA RURAL E OS CAMPONESES

Na tradição teórica marxista, a sobrevivência de estruturas produtivas nas sociedades de mercado depende do grau de correspondência das decisões que as orientem à racionalidade do sistema dominante tomado como um “tipo ideal”. Nisso aproxima-se da tradição neoclássica. Todavia, entre as duas há profundas diferenças a serem demarcadas.

Na hermenêutica marxista, a racionalidade capitalista dominante, maximizadora de lucro, é parte de totalidades (estruturas) que *tensamente* a abrigam e constroem, desde os planos mais elementares da mercadoria e da parcela individual do capital (das empresas, desde sempre estruturas que articulam agentes individuais), até a circulação global. Na complexa interação sistêmica entre essas totalidades emerge a divisão social do trabalho, impõe-se a lei do valor e institucionalizam-se os mercados de produto, de trabalho, de terra e de dinheiro. Em tal contexto, mediante a força avassaladora dos constrangimentos estruturais (ver Capítulo 2), a subjetividade é (quase) subsumida à estrutura. De modo que, se se mostra relevante uma especificidade estrutural (um tipo particular de relação integrada a relações gerais) ou comportamental (um tipo particular de agente ou razão, constitutivo de uma relação), se indaga primeiro sobre o sentido histórico que esse elemento destoante apresenta, resguardada a lógica reprodutiva que se pressupõe na totalidade. Como esse processo se desenrolou no que se refere à presença camponesa nos ocupou nos capítulos anteriores.

A tradição neoclássica, por seu turno, considera que todos os aspectos relevantes da economia são deduzidos diretamente de uma racionalidade portada pelos indivíduos, subjetiva, portanto. Trata-se de subjetividade substantiva e padrão (Smith, 2009; Prado, 1993), que conforma as decisões, compelindo-as *harmonicamente* a resultados ótimos, tanto nos diferentes níveis de agregação da economia, quanto na configuração das relações estruturadas (em empresas, nos mercados). De modo que aqui, a força avassaladora da subjetividade conformada à razão substantiva do homem econômico subsume (quase) tudo mais. Nesse caso, provocada por elemento que se enuncia – ou é enunciado – como específico, a pergunta primária é sobre a correspondência lógica que mantém o pressupostamente distinto, com a *rationale* padrão que se entende resguardar a mecânica do sistema. Se há correspondência, não há distinção a considerar;

se, por outro lado, não há correspondência, o específico é uma irracionalidade – como tal, um não objeto.

Em decorrência, no início dos anos cinquenta, quando os marxistas reconheciam e discutiam a presença camponesa há quase duas gerações, os neoclássicos apresentavam um grande acúmulo de pesquisa sobre a agricultura nos Estados Unidos sem, entretanto, qualquer referência a especificidades estruturais relevantes. O que se distinguia era uma agricultura racional e moderna de outra irracional e tradicional. Esta última, por definição, um objeto impossível de ser tratado com as ferramentas heurísticas da tradição de pensamento fundada na presunção, no plano micro, da racionalidade substantiva sintetizada na ideia de *homo economicus* (Smith, 2009), maximizador de resultados econômicos; no plano macro, da economia como sistema que se reproduz em equilíbrio geral.

Não obstante, iniciando-se ainda na primeira metade dos anos cinquenta e completando-se nos anos sessenta e setenta, verifica-se um processo de dupla construção no campo neoclássico, em que especificidades estruturais com a marca camponesa são notadas no quadro da agricultura racional e racionalidades são descobertas ou imputadas à agricultura tradicional. Importa-nos detalhar esse processo em que, em uma perspectiva subjetivista, encaminhamentos teóricos são dados à questão da presença camponesa.

3-1. Noções seminais

Os homens têm em comum a premissa comportamental de que uma situação de maiores ganhos é sempre preferível a outra em que os rendimentos são menores. Os indivíduos, assim, decidem por critérios que maximizam ganhos. Isso é socialmente legítimo até o ponto em que o ganho adicional de um reduza a posição de qualquer outro. Os mercados zelam por isso e em perfeitas condições de funcionamento atingem um equilíbrio geral que estabelece uma maximização coletiva – o Ótimo de Pareto. Esses são os enunciados mais simples da teoria neoclássica sobre a razão subjetiva e o mecanismo sistêmico fundamental que a regula na constituição da sociedade capitalista.

Na perspectiva do agente privado, ou de um agregado desses agentes, a garantia do cumprimento de tal premissa de maximização exige decisões que considerem a observação de três tipos de relações fundamentais: as relações *insumo-produto*, as *insumo-insumo*, e as *produto-produto*. As decisões privadas são corroboradas no mercado, reguladas, portanto, pelo jogo da oferta e da demanda de todos os elementos que participam do processo. Nesse nível se realizará *ex-post* o ótimo social.

Duas observações devem ser consideradas. Primeiro, a heurística acima limita-se a observar, organizar e interpretar fenomenologias de relações essenciais sem admitir como objeto tais relações essenciais, elas mesmas. Importa, assim, a fenomenologia que congrega os sinais emitidos pelos mercados das relações entre agentes produtores de bens finais e agentes

fornecedores de requisitos da produção, inclusive trabalho, conhecimento e organização; a que expõe, por sinais de mercado, a eficiência relativizada dos produtores de insumos e a que expressa, em signos de preços, a eficiência do produtor final mediante as alternativas de aplicação de suas capacidades. As naturezas das relações são pressupostas.

Como pressuposta é a antevisão dos resultados da prática por elas materializadas, supõe-se que exercitando-se simultaneamente nas três fenomenologias, a razão do *homo oeconomicus* forjará os melhores resultados, seja na perspectiva dos agentes privados (o *máximo* em ganhos absorvidos na forma de lucros ou salários), seja na perspectiva social ou coletiva, em que se cumprirá a *razão* do sistema, sua promessa de mais eficiente produção e justa distribuição, hoje e amanhã – na contemporaneidade como no devir.

3-2. A fenomenologia insumo-produto

É necessário observar de que modo uma combinação de requisitos produtivos corresponde a um propósito produtivo, uma finalidade. A neoclássica renuncia, na tradição empirista baconiana de que faz parte, a tratar a complexidade relacional subjacente, aceitando o que se vê dessas relações, seus fenômenos delineados como expressões simples e de alta abstração. Assim, três conjuntos de relações estão na base desse campo fenomenológico: relações tecnológicas com efeitos na produção física e na produtividade; as relações articuladas no mercado de produto e de fatores com impactos na produtividade monetária e no custo e, por fim, as relações com o mercado consumidor.

Produtividade física e eficiência técnica

Um instrumento privilegiado para a captura das relações físicas – técnicas –, entre insumos e produto é a função de produção que opera sob o princípio dos rendimentos decrescentes.

Uma função de produção é a descrição matemática da relação física entre níveis diferentes de utilização de um ou mais insumos e o produto resultante. A função de produção de um produto Y em relação aos insumos X_i é:

$$Y = f(X_1, X_2, \dots, X_n). \quad (3.1)$$

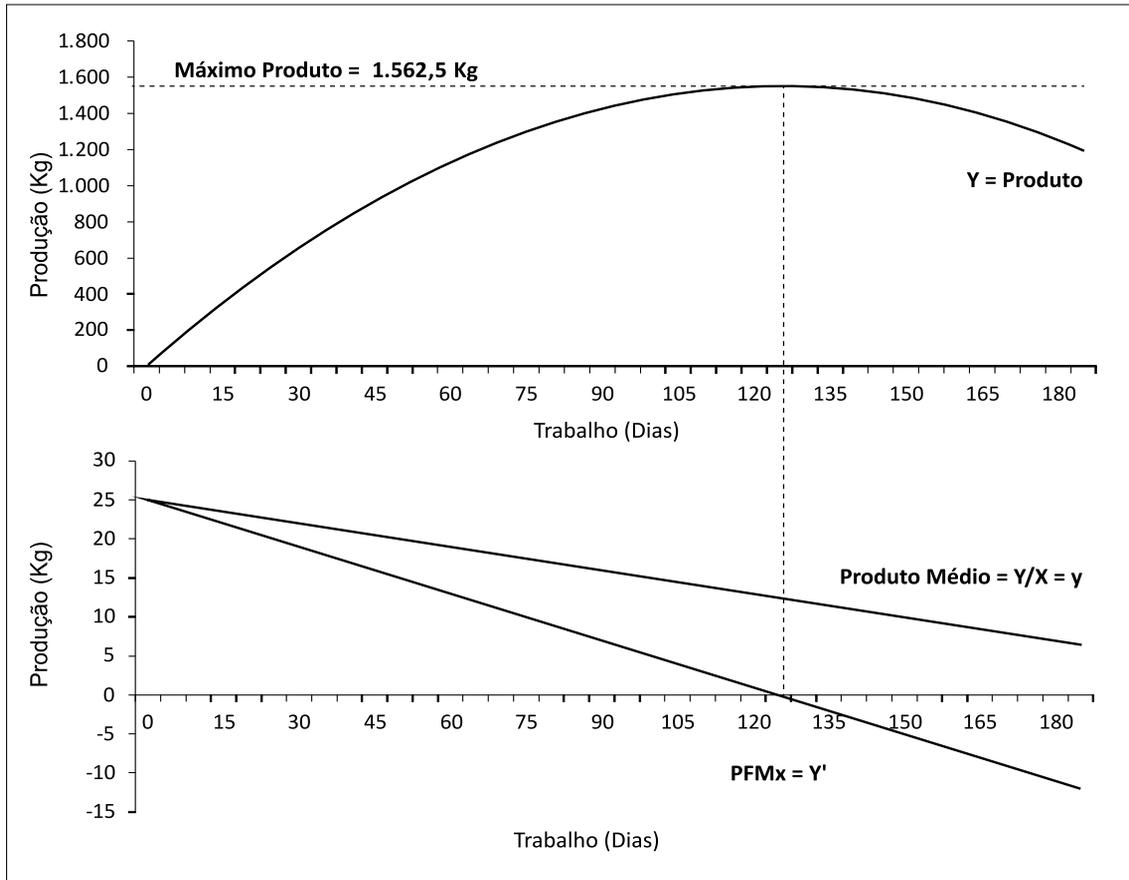
Quando se observa um número limitado de variáveis independentes, os demais insumos e a tecnologia são tidos como constantes. Ademais, o princípio dos rendimentos decrescentes opera inexoravelmente, de modo que para cada variação positiva e igual de X têm-se resultados diferentes e menores de Y . Assim, uma função de produção deverá ter a primeira derivada positiva ($dY/dX > 0$) e a segunda derivada negativa ($d^2Y/d^2X < 0$).

Para fins didáticos, a Figura 3.1 representa a função empírica

$$Y = 25.X - 0,10X^2 \quad (3.2)$$

que atende a essas condições. No exercício, consideramos X o trabalho aplicado por uma família que dispõe de 300 dias de trabalho por ano e Y a produção resultante.

Gráfico 3.1 – A Função de Produção: produto em função do trabalho



Fonte: Adapado de Ellis, 1988

Com a utilização crescente de trabalho, a produtividade física mantém-se positiva, porém decrescente (ver, no Gráfico 3.1, $Y' = dY/dX = PFMx$, a Produtividade Física Marginal de X), até o ponto em que a produção é 1.562 kg e o trabalho aplicado 125 dias. Nesse ponto a $PFMx$ é zero. A partir daí, os dias adicionais de trabalho apresentarão produtividade negativa levando a um produto total decrescente. Este é o ponto limite de aplicação de trabalho determinado pela produtividade física, considerado tudo mais constante.

Produtividade monetária e eficiência econômica – lucro

Tendo a produção um preço (Py) e a aplicação de insumos um custo (Px), as alocações de trabalho avançarão até o ponto em que o *Valor Marginal de X*, ou a *Produtividade Monetária*

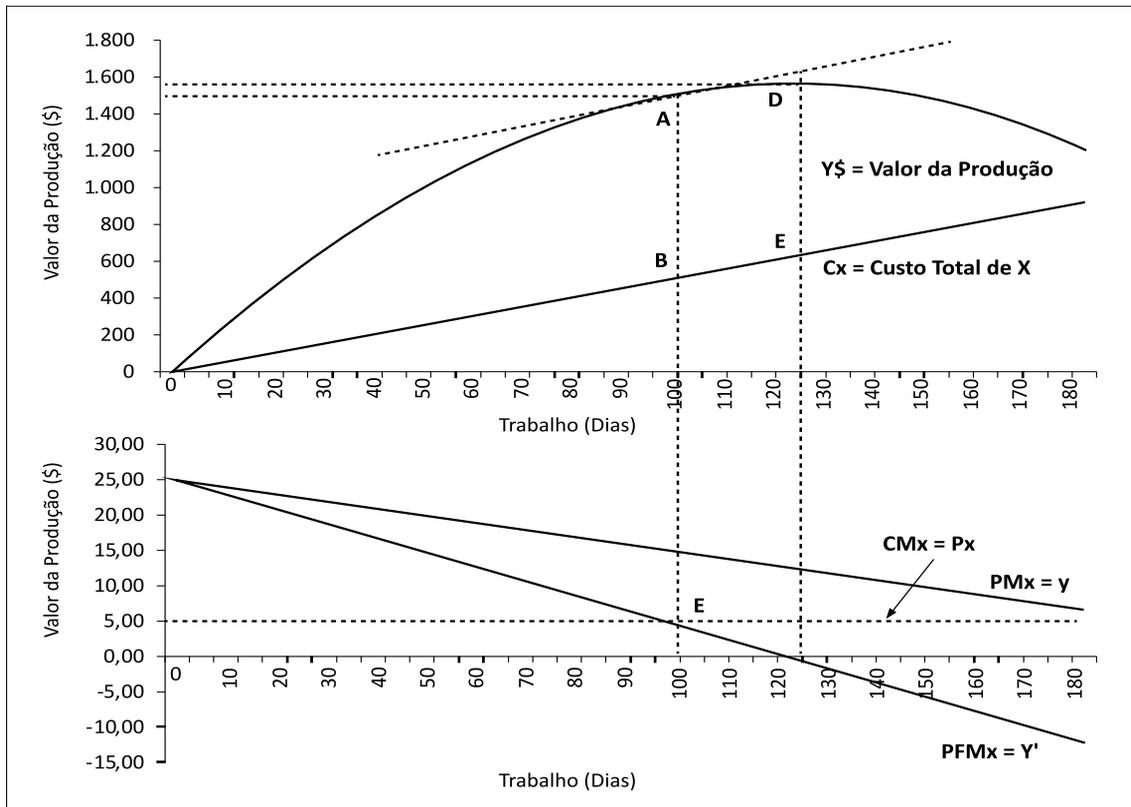
Marginal de X que resulta da multiplicação de Produtividade Física de *X* pelo seu preço ($PMMx = PFMx.Py$) igualar-se ao *Custo Marginal de X* ($CMx = Px$). No exemplo acima, o custo da aplicação da unidade de trabalho que lhe deu origem. O ótimo econômico se dá, pois, quando $PMMx = Px$. Neste ponto, a diferença entre o valor total e o custo total da produção, o lucro, portanto, é máximo. Se $PMMx > Px$, se está aplicando menos; se $PMMx < Px$, aplicando mais de *X* do que seria racional. De modo que

$$PMMx = Px \tag{3.3}$$

é condição de maximização em produto do emprego do insumo *X*. Acima ou abaixo da igualdade $PMMx = Px$ se estaria atuando sob condições subótimas.

No Gráfico 3.2 representam-se os resultados das equações do produto (3.1) para preço do produto $Py = \$1$ por unidade de *Y* e do custo

Gráfico 3.2 – A Função de Produção para o Valor da Produção em função de dias trabalhados



Fonte: Adaptado de Ellis, 1988.

$$CT = Px.X, \quad (3.4)$$

para $Px = \$5$ por unidade de X , o ótimo seria alcançado no nível de 100 unidades de trabalho. Deve-se assinalar que, nesse ponto, a diferença entre o valor da produção e o custo (a distância A-B) é máxima, equivalente a \$ 1.000,00. Acima desse ponto, um valor da produção maior, de \$ 1.565,50 corresponde a um custo (\$ 625,00) que cresceu em proporção superior, provocando, comparativamente, uma perda (a distância C-D é menor que a A-B) de valor correspondente a \$ 63,00. No ponto ótimo, o *Produtividade Monetária de X* ($PMMx = PFMx.Py$) iguala-se ao *Custo Marginal de X* ($CMx = Px$) no valor de 5. Isto é, nesse ponto a condição de maximização da aplicação do fator trabalho, $CMx = Px = PMMx$, realiza-se.

A produção e o mercado – a oferta

Modificando a equação (3.2) pelo acréscimo de coeficiente linear (a representação de um nível de produção inicial independente de X) e submissão a diferentes preços $P\$_y$ de um único produto Y temos:

$$Y\$ = 25.P\$_y.X - 0,10.P\$_y.X^2 + 500.P\$_y. \quad (3.5)$$

Variando os preços do produto e mantendo os dos insumos, diferentes pontos de ótimo são alcançados. No Gráfico 3.3 representam-se três desses pontos referentes a diferentes funções $Y\$$, mais precisamente $Y\a , $Y\b e $Y\c para preços $P\$_y$ iguais a, respectivamente, 1, 1,5 e 0,5. O custo de produção (CT) em (3.6) é diferente de (3.4) apenas porque apresenta um componente fixo ($CF = 250$), de modo que:

$$CT = 5.X + 250 \quad (3.6)$$

Há três diferentes equilíbrios: o de $Y\a , onde $P\$_y = 1$, ocorre no nível de 100 unidades de trabalho; quando $P\$_y$ é 1,5, a escala ótima de produção sobe para 108; quando $P\$_y$ cai para 0,5, o nível ótimo de produção reduz para 75 dias de trabalho alocados na produção.

Considerando tecnologia constante, portanto uma mesma função de custo para os diferentes preços de Y em (3.5), conforma-se uma relação entre preços e quantidades produzidas de Y . Essa curva de oferta é dada pela substituição em (3.2) dos valores de X que igualam as derivadas de $Y\$$ em (3.5) e CT em (3.6), isto é, os valores $X = (25.P\$_y - 5) / 0,2.P\$_y$. Para um gradiente de preços $P\$$ de 0,25 a 1,5 resulta a curva de oferta apresentada no Gráfico 3.4.

IMAGEM DE FUNDO - FRACTAIS

O termo *fractal* foi criado por *Benoît Mandelbrot*, matemático francês nascido na Polónia, que descobriu a geometria fractal, a partir do adjetivo latino *fractus*, do verbo *frangere*, que significa quebrar. Ele usou o termo para descrever um objeto geométrico que nunca perde a sua estrutura qualquer que seja a distância de visão. São produzidos por meio de equações matemáticas que podem ser interpretadas por formas e cores a partir de aplicativos usados em ambientes virtuais. Sua principal característica é a autossimilaridade. Eles contêm, dentro de si, cópias menores deles mesmos. Essas cópias, por sua vez, contêm cópias ainda menores e assim sucessivamente.

IMAGENS DA CAPA

- Carl Marx
- Camponesa europeia (*ilustração de meados do século XIX*)
- Alexander Chayanov
- Colheita
- Plantação de soja
- Camponeses brasileiros



Apolo



FORDFOUNDATION

